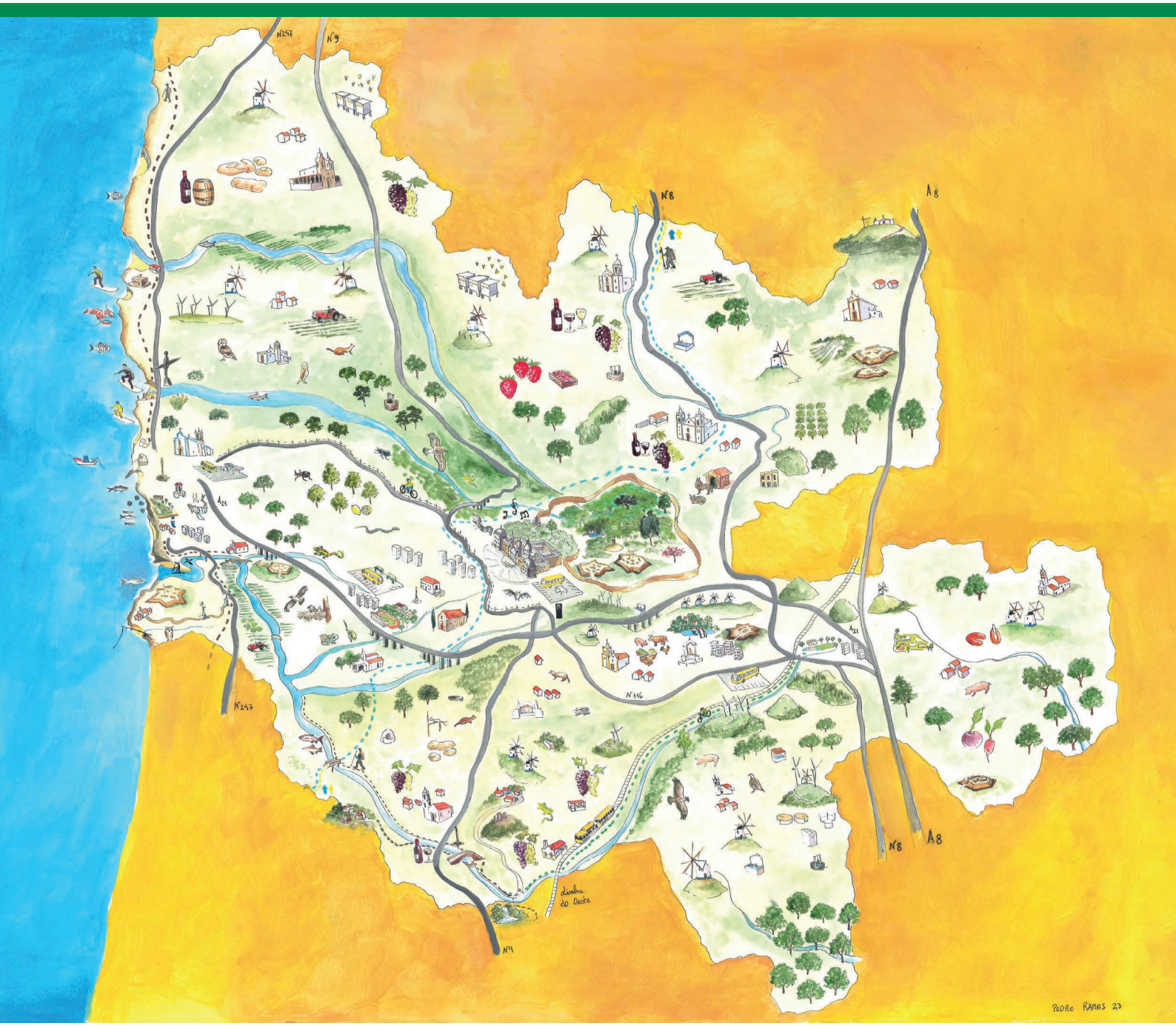
MAFRA MAIS SUSTENTÁVEL

Relatório Voluntário Local



1 ERRADICAR A POBREZA
2 ERRADICAR A FOME
3 SAÚDE DE QUALIDADE
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
5 IGUALDADE DE GÉNERO
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS
8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS
10 REDUZIR AS DESIGUALDADES
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS
13 AÇÃO CLIMÁTICA
14 PROTEGER A VIDA MARINHA
15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

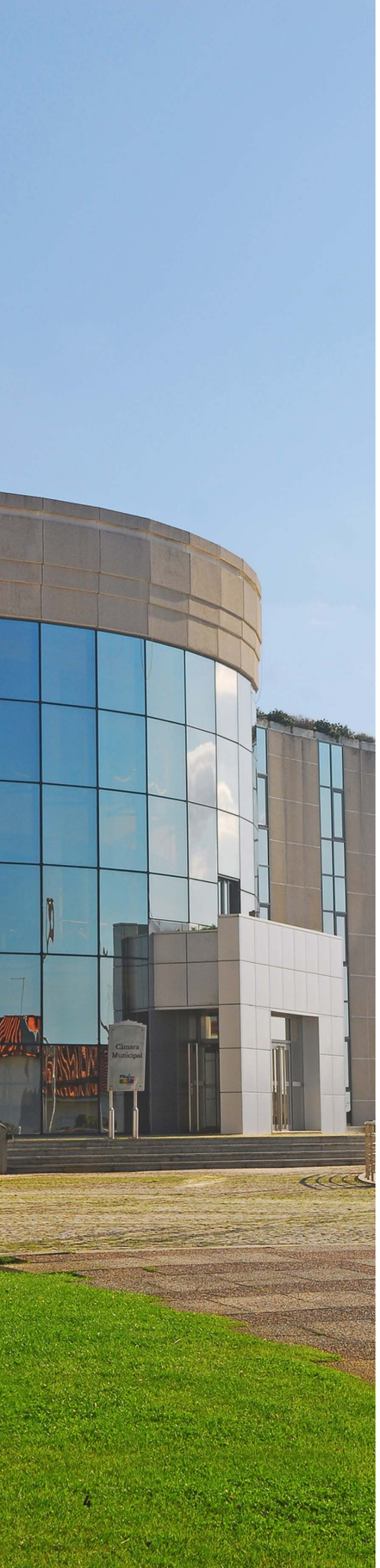
MUNICÍPIO DE MAFRA

Cities
ITAT
OBJETIVOS

SDG Cities
UN HABITAT
OBJETIVOS

OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
JÁ OUVIU FALAR?
SABE MAIS SOBRE

OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



VLR
FICHA TÉCNICA

Título: Mafra Mais Sustentável – Relatório Voluntário Local

Equipa interna – Mafra Mais Sustentável (Câmara Municipal de Mafra)
Vereadora Marta Gomes
Ana Carolina Ferreira
Diogo Casaleiro
Filomena Bexiga
Inês Leitão
Miguel Correia

Equipa externa – Global Solutions 4U
Pedro Mateus das Neves
Paula Maldonado

Edição: Município de Mafra

Projeto gráfico e paginação: João Oliveira da Silva

Ilustração/ capa: Pedro Ramos

Arquivo: Câmara Municipal de Mafra

Data de publicação: abril de 2023

N.º de edição: 1.ª edição

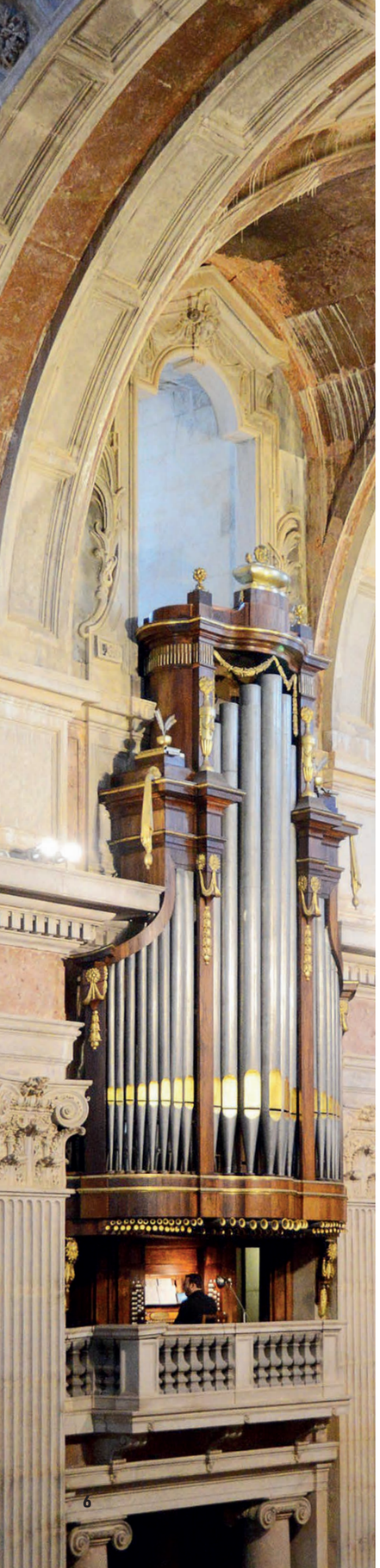
Agradecimentos
O nosso especial agradecimento a todos os que contribuíram para elaboração deste documento, nomeadamente, aos colaboradores municipais, às entidades da sociedade civil e ao setor privado, que participaram de forma entusiasmada.

VLR
ÍNDICE

Siglas e Acrónimos....6
Declaração de Abertura....7
Declaração de Abertura....8
Sumário Executivo....9
1.Introdução....10
2.Metodologia....11
3.Contexto Institucional....14
ODS 1: ERRADICAR A POBREZA....18
ODS 2: ERRADICAR A FOME....20
ODS 3: SAÚDE DE QUALIDADE....22
ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE....24
ODS 5: IGUALDADE DE GÉNERO....28
ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO....30
ODS 7: ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS....32
ODS 8: TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO....34
ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS....36
ODS 10: REDUZIR AS DESIGUALDADES....38
ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS....42
ODS 12: PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS....44
ODS 13: AÇÃO CLIMÁTICA....46
ODS 14: PROTEGER A VIDA MARINHA....48
ODS 15: PROTEGER A VIDA TERRESTRE....50
ODS 16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES....52
ODS 17: PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS....54
5.Meios de Implementação....56
6.Próximos passos....57

ANEXOS (DISPONÍVEIS EM WWW.CM-MAFRA.PT)

Anexo 1: Indicadores _ ISM _ UMF
Anexo 2: Visões – Estratégias – Projetos – Recursos Financeiros
Anexo 3: Lista de Projetos ODS
Anexo 4: Lista de Documentos Estratégicos Municipais
Anexo 5: Referências



VLR
SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAAF	Atividades de Animação e de Apoio à Família
ABEM	Rede Solidária do Medicamento
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
AESM	Academia de Ensino Superior de Mafra
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
BTL	Bolsa de Turismo de Lisboa
CAF	Componente de Apoio à Família
CCTV	Closed-circuit television
CESOP	Centro de Estudos e Sondagens de Opinião
CLAIM	Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CTESP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
CTeSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
EB	Escola Básica
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GS	Global Solutions 4 U
HLPF	High-level Political Forum on Sustainable Development
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPS	Instituto Politécnico de Santarém
IPT	Instituto Politécnico de Tomar
ISM	Índice de Sustentabilidade Municipal
JI	Jardim de Infância
LED	Light-emitting diode
MARE-ISPA	Centro de Ciência do Mar e do Ambiente
MMS	Mafra Mais Sustentável
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PDM	Plano Diretor Municipal
POC	Programa da Orla Costeira
POCACE	Programa da Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel
PPP	Parceria Pública e Privada
PROFLVT	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo
PROTAML	Programa Regional de Ordenamento do Território de Área Metropolitana de Lisboa
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RMSE	Reserva Mundial de Surf da Ericeira
SDG	Sustainable Development Goal
SMAS	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UCLG	United Cities and Local Governments
UMF	Urban Monitoring Framework
UN HABITAT	United Nations Human Settlements Programme
UNCRD	United Nations Centre for Regional Development
UNDESA	United Nations Department of Economic and Social Affairs
UNECE	United Nations Economic Commission for Europe
UNESCAP	United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VEP	Visões-Estratégias-Projetos
VLR	Voluntary Local Review
VNR	Voluntary National Review
WUF	World Urban Forum
ZMC	Zonas de Medição e Controlo

VLR
DECLARAÇÃO DE ABERTURA

Hélder Sousa Silva
Presidente da
Câmara Municipal de Mafra

A estratégia municipal adotada para o mandato 2021/ 2025 tem inspiração nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrados na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, estando no centro deste modelo o bem-estar da comunidade.

No simbólico Dia do Município de 2022, a autarquia assumiu, publicamente, o firme compromisso de implementar os 17 ODS, ao assinar uma declaração de intenção que formaliza a sua colaboração com o UN Habitat – Programa das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos.

Volvidos escassos meses, Mafra é o primeiro Município português e europeu distinguido com a Certificação Prata, atribuída em setembro de 2022. Esta distinção assume, para a autarquia, uma dupla importância: por um lado, é uma expressão de reconhecimento face ao trabalho desenvolvido na adoção dos ODS como um roteiro a seguir, o qual está a ser realizado a partir da integração estruturada de projetos de sustentabilidade já existentes (e são muitos!); por outro, é a assunção de uma responsabilidade acrescida no cumprimento do lema deste roteiro, que é "não deixar ninguém, nem nenhum lugar para trás", razão pela qual a dinâmica está a ser ampliada com o estabelecimento de parcerias supramunicipais, à escala nacional e também no espaço lusófono.

Ao elaborar o seu primeiro Relatório Voluntário Local ou *Voluntary Local Review* (VLR), pretende a autarquia avaliar e apresentar o progresso feito na implementação dos ODS, compreendendo o estado atual de sustentabilidade do Município de Mafra. Adicionalmente, a ambição é que este seja um instrumento quer para apoiar os decisores locais em processos de tomada de decisão, disponibilizando uma ferramenta cognitiva para facilitar o diálogo interno e externo, quer ainda para motivar o envolvimento da sociedade civil. Afinal, esta é uma jornada coletiva e colaborativa.

Enquanto plano de ação para as pessoas, para a prosperidade e para o planeta, visando fortalecer a paz universal com maior liberdade, os ODS são, definitivamente, um compromisso de todos para todos!

VLR
DECLARAÇÃO DE ABERTURA

José Bizarro
Presidente da
Assembleia Municipal de Mafra

A Assembleia Municipal de Mafra aprovou, por unanimidade de todas as forças políticas, o Relatório Voluntário Local "Mafra Mais Sustentável". Considerando que este órgão é, por excelência, o fórum da democracia local, representativo da comunidade, tal aprovação constitui um inequívoco compromisso coletivo na adoção da Agenda 2030 e dos 17 ODS, de modo a posicionar o território do Concelho de Mafra como referência de desenvolvimento sustentável.

Este é o primeiro relatório elaborado e aprovado no nosso país. Obviamente que este pioneirismo acarreta uma responsabilidade acrescida: por um lado, pela ausência de exemplos que possam figurar como referencial, tendo em conta as especificidades da realidade portuguesa; por outro lado, pelo facto de que, sendo o primeiro, este tem de ser um documento em permanente construção e aperfeiçoamento, permeável à introdução de contributos numa lógica de melhoria contínua.

Só assim será possível sustentar a ação transformadora e inclusiva dos atores locais para o cumprimento dos ODS, fortalecendo o compromisso e aprimorando a decisão. Quando nos referimos aos atores locais, todos estão incluídos: os autarcas; os dirigentes associativos (culturais, desportivos, recreativos e sociais); os empresários; as forças vivas da comunidade; os cidadãos – os que nasceram cá; os que, sendo de outros Concelhos, escolheram Mafra para viver e para desenvolver os seus projetos; os que vieram de outros países e encontraram aqui local de trabalho e residência. Todos!

Em conjunto, estamos confiantes e determinados na capacidade empreendedora das nossas gentes, transformando desafios em oportunidades. Assim continuaremos a fazer do Concelho de Mafra um território coeso socialmente, ambientalmente sustentável e cada vez mais competitivo.

VLR
SUMÁRIO EXECUTIVO

O Município de Mafra aceitou o desafio lançado pela Agenda 2030, comprometendo-se a implementar os 17 ODS, aprovados, por unanimidade, pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, a 25 de setembro de 2015.

Para o efeito, o Município está a elaborar uma estratégia local, designada como "MMS – Mafra Mais Sustentável". Adequados à sua realidade, os 17 ODS e as respetivas 169 metas constituem-se como um caminho para garantir um território mais justo, mais digno, mais inclusivo e mais sustentável.

A referida estratégia "MMS – Mafra Mais Sustentável" está a ser desenvolvida por um conjunto pluridisciplinar de elementos da autarquia, integrados numa equipa criada a 3 de fevereiro de 2022, em estreita colaboração com os eleitos locais, mas, acima de tudo, com toda a comunidade. Num breve espaço de tempo, esta equipa tem procurado transmitir o espírito dos ODS, sendo o principal catalisador de consciencialização dentro e fora das fronteiras locais.

O Município de Mafra iniciou formalmente o processo de localização dos ODS em 7 de março de 2022. Em maio seguinte, assinou uma Carta de Intenções com o UN Habitat, tendo sido reconhecido, em setembro de 2022, como *SDG Silver City*.

Desde que Mafra adotou formalmente os ODS como estratégia de desenvolvimento, todos os documentos estratégicos (anexo 4), criados a partir de 2023, incorporaram o Desenvolvimento Sustentável como base de trabalho.

Os parceiros foram considerados, desde o primeiro instante, como "jogadores" responsáveis por dinamizar os ODS no Concelho de Mafra, começando pela sociedade civil, a academia e os empresários locais e, numa segunda fase, pela internacionalização deste processo.

O Relatório Voluntário Local ou *Voluntary Local Review* (VLR) permite ao Município de Mafra apresentar e avaliar o progresso feito na implementação da Agenda 2030, incluindo o cumprimento dos 17 ODS.

VLR
INTRODUÇÃO

Mafra é um Município azul e verde.
É criativo. É cultural. É desportivo. É um território generoso. Quem cá vive, deseja guardar a identidade cultural. Quem nos visita quer voltar. Há cada vez mais pessoas a querer aqui viver.

O Concelho de Mafra localiza-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML), abrange uma área de 292 Km², com 11 Km de costa ao longo do Oceano Atlântico. Este território tem dois rios, o Safarujo e o Lizandro, que nascem no Concelho e desaguam nas suas praias. Tendo como referência os censos de 2001 e de 2021, a população cresceu de 54.358 para 86.521 habitantes, o que representa uma evolução de 59,17%. O Município de Mafra foi, na última década, o que mais cresceu na AML e o segundo do país. Beneficiando da sua proximidade a Lisboa, aliada aos desenvolvimentos incrementados, sobretudo a nível da sustentabilidade, o Concelho de Mafra tem atraído pessoas, como o evidenciam o aumento da população e os movimentos pendulares.

O património cultural está marcado pelo Real Edifício de Mafra, inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, desde 2019, integrando o Palácio, a Basílica, o Convento, o Jardim do Cerco e a Tapada. A obra serviu de inspiração a um dos mais notáveis romances portugueses do século XX, o *Memorial do Convento*, escrito por José Saramago, Prémio Nobel da Literatura, em 1998.

A economia do Concelho assenta, em grande medida, no turismo. Em março de 2022, Mafra recebeu a certificação como *Biosphere Destination*/ Destino Turístico Sustentável, um selo internacional atribuído pelo Instituto de Turismo Responsável.

Dispondo de características singulares para a prática de desportos de ondas, a zona costeira do Concelho, com particular realce para a zona da Ericeira, possui uma crescente ligação à prática do surf e do bodyboard. A Ericeira tornou-se Reserva Mundial do Surf a 14 de outubro de 2011, após consagração pela organização não governamental *Save the Waves Coalition*. É a segunda reserva distinguida a nível global e a primeira no continente europeu. A qualidade e consistência das ondas, a importância histórica e cultural do surf local, a riqueza e a sensibilidade ambiental da área e a forte mobilização da comunidade revelaram-se fundamentais como critérios conducentes ao seu reconhecimento internacional.

A educação é um fator distintivo do Município. Do pré-escolar ao ensino secundário, o parque escolar é considerado de excelência. No início do ano letivo de 2021, a oferta educativa foi alargada ao ensino superior, sendo assim assegurada uma oferta de qualidade ao longo da vida.

O território destaca-se, também, pela qualidade das acessibilidades. Para melhorar a mobilidade regional foi construída uma autoestrada sob iniciativa municipal, enquanto alternativa às EN116 e EN9. Esta autoestrada configurou-se como um motor para o desenvolvimento económico e turístico do Concelho.

No que respeita a utilidades, a taxa de cobertura do fornecimento de água passou de 97% (1995) para 100% (2020), em 25 anos, e a taxa de cobertura de alojamentos servidos por sistema de drenagem de águas residuais passou de 69% para 86% (2020), conforme dados da PORDATA/INE e ERSAR.

Olhar para o futuro através do Desenvolvimento Sustentável e dos ODS foi um processo natural. Depois do exercício de diagnóstico, onde se questionou como poderia Mafra "respirar" os ODS, desenvolver o VLR foi uma consequência natural.

VLR
METODOLOGIA

O Relatório Voluntário Local ou *Voluntary Local Review* (VLR) foi desenvolvido na sequência do programa municipal em curso, transferindo e partilhando conhecimentos. Todo o processo foi feito numa parceria harmoniosa entre a equipa da autarquia e a GlobalSolutions4U.

O objetivo é produzir uma ferramenta que seja um roteiro para atingir os ODS em Mafra. Esta investigação teve o contributo de muitos parceiros, incluindo a sociedade civil, a academia e as empresas presentes no Concelho de Mafra.

O formato deste relatório foi baseado no *Global Guiding Elements for Voluntary Local Reviews (VLRs) of SDG implementation* produzidos pelo *UN Department for Economic and Social Affairs* (UNDESA) (UNDESA, 2020)[1] .

DADOS CESOP E *URBAN MONITORING FRAMEWORK* (UMF)

Para o conjunto de dados quantificados, associados a metas e indicadores, foi utilizado o Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM) de 2022, do CESOP Local, da Universidade Católica de Lisboa (Abreu, Joao, & Cerol, 2022), que reflete a evolução dos indicadores portugueses desde 2017.

O ISM consiste numa parceria entre os Municípios Portugueses e a Unidade de Investigação Aplicada CESOP-Local da Católica-CESOP, em prol do Desenvolvimento Sustentável ao nível local em Portugal. O CESOP monitoriza o grau de sustentabilidade do território, a dinâmica de envolvimento das partes interessadas e o grau de desempenho da organização autárquica.

O ISM localiza, mede e monitoriza os ODS da Agenda 2030 ao nível local. A recolha de dados nos Municípios de Portugal permite fazer uma análise comparativa entre os Municípios do país. Trata-se de um instrumento de apoio à definição de estratégias autárquicas que valoriza o papel das comunidades locais como agentes de desenvolvimento.

Dada a extensão do IMS, os dados completos, por nível de comparação (Município de Mafra, AML NUT II, AML NUT III e Portugal) surgem como anexo ao VLR. Para a análise sectorial por ODS, constante deste relatório, foram selecionados apenas dois indicadores: um positivo e outro negativo. A assunção de valores negativos permite pensar na sua melhoria para futuro e, ao mesmo tempo, alertar para as prioridades a seguir. A verdade é que a apresentação exclusiva de dados positivos conduziria a uma análise redutora – o que, de todo, não se pretende.

Sob o mote "pensar e agir localmente", a escolha recaiu sempre em indicadores que são mensuráveis à realidade local e que são mais dependentes da ação direta do Município. Muitos dos indicadores, quer do ISM, quer da *Urban Monitoring Framework* (UMF) do UN-Habitat, são resultado de indicadores nacionais, tendo como fonte o INE, e a sua execução depende, muitas vezes, de políticas nacionais. Estes dados farão mais sentido num *Voluntary National Review* (VNR), que espelha as políticas sectoriais nacionais.

Este relatório teve como base de trabalho os documentos estratégicos principais referidos no anexo 4.Neste momento, a equipa está a efetuar uma análise profunda aos 77 indicadores da UMF do UN-Habitat, que serão articulados com os indicadores do ISM, e, posteriormente, utilizados na monitorização do VLR.

[1] *São ainda de salientar todos os conhecimentos adquiridos junto do UN Habitat (Habitat, 2020) (UNHabitat & UCLG, 2021), da UNECE (UNECE, 2021), da UNESCAP (UNESCAP, 2020), da UNCRD (UNCRD, 2022a) (UNCRD, 2022b), da União Europeia (Siragusa A., P., P., & C., 2020), do IGES (Koike, Hirotaika; Ortiz-Moya, Fernando; Kataoka, Yatsuka; Fujino, 202AD) e de alguns VLRS, entre os quais destacamos o de Bristol, e os VLRs produzidos no Japão, por serem os primeiros e por terem vindo a ser articulados com o respetivo VNR. (Fox & Macleod, 2019) (Macleod & Aguirre, 2022), (Koike, Hirotaika; Ortiz-Moya, Fernando; Kataoka, Yatsuka; Fujino, 202AD); (Hamamatsu & IGES, 2019); (Toyama & IGES, 2018).(Neves, 2020)*

O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO

O processo de localização dos ODS teve como base a criação de uma equipa municipal composta por elementos das áreas ambiental, planeamento urbano, planeamento estratégico e comunicação: a Mafra Mais Sustentável (EMMS), constituída em 3 de fevereiro de 2022 e que tem sido o principal catalisador de consciencialização dentro e fora do Concelho.

No primeiro semestre do ano de 2022, o Município de Mafra realizou um diagnóstico para aferir o estado em que o Concelho se encontrava relativamente à consecução dos ODS. Este processo de diagnóstico começou com uma ação de sensibilização. Nela participaram representantes de toda a orgânica municipal. Esta sessão permitiu reunir grande parte dos Projetos/ Programas/ Ações em curso e elencar para cada um deles os ODS em que concorrem. Foram listados 292 Projetos/ Programas/ Ações (anexo 3). Na segunda fase do diagnóstico, foram entrevistados o Presidente da Câmara Municipal de Mafra e ainda representantes dos setores da Educação, do Planeamento e Ordenamento do Território, da Proteção Civil, da Segurança e os dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS). Na última fase do diagnóstico, foram feitos quatro workshops setoriais: Dirigentes e Técnicos do Município; Sociedade Civil; Empresas e Setor Privado; Membros do Executivo Municipal e das Freguesias. Durante as duas últimas fases do diagnóstico foi avaliado o nível de conhecimento dos ODS e pedido para serem enumerados os pontos fortes, as patologias, os desafios e os desejos para 2030, no Concelho de Mafra.

Deste exercício concluiu-se que a Identidade do Concelho, a Qualidade de Vida, a População Jovem, a Segurança e a Cultura foram os pontos fortes distinguidos pelos entrevistados. Uma população envelhecida e isolada em zonas mais rurais, a escassez de transporte público para a mobilidade intermunicipal e a pobreza envergonhada foram as patologias apontadas. Surgem como oportunidades futuras para o Município a recuperação da paisagem agrícola tradicional com a prática da agricultura sustentável, bem como o seu vasto território marítimo. Como visão de futuro e desejos para 2030 para o Município de Mafra, a Preservação da Identidade Cultural, a Conservação da Natureza, a Economia do Mar, a Promoção da Agricultura Sustentável e a Cultura afiguram-se como ambições. Reforça-se, ainda a necessidade de manter ou elevar os padrões da educação pública. A rede de transportes, a habitação e a saúde serão necessidades a fortalecer.

Durante a fase de diagnóstico, o entusiasmo e energia demonstrados originaram a procura de modelos e parceiros internacionais. Assim, em maio de 2022, foi assinada a "Declaração de intenção para processo colaborativo de integração do Município de Mafra na Iniciativa Global Cidades ODS". Nos termos desta Carta Compromisso, o Município e o UN Habitat pretendem colaborar para que Mafra integre esta iniciativa global que fomenta o potencial das cidades em acelerar o desenvolvimento sustentável e melhorar o bem-estar para todos: «Esta colaboração apoiará o Município, por meio de vários processos de coleta e análise de dados, no planeamento da sua trajetória de desenvolvimento sustentável até 2030, bem como no fortalecimento das capacidades institucionais locais para identificar e mobilizar intervenções de alto impacto que possam alavancar o processo». Na cerimónia, o UN-Habitat foi representado pelo Gestor de Programas, Unidade de Direitos Humanos e Inclusão Social Infantil e Juvenil, Douglas Ragan.

Apesar do processo de localização dos ODS ser recente, a sua intensidade gerou evidências que, em setembro de 2022, permitiram a esta organização atribuir a Mafra o galardão de *SDG Silver City*. Esta certificação foi entregue pelo coordenador deste projeto do UN Habitat, Dyfed Aubrey, numa cerimónia que decorreu na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, contando com a presença do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Carlos Miguel.

Em suma, pode considerar-se que a estratégia teve como primeiro passo a criação de uma equipa municipal formada e motivada para transmitir a cultura ODS, envolvendo todas as estruturas municipais, a sociedade civil e as empresas. O segundo passo foi o crescimento e a partilha internacional, numa enorme vontade de integrar um movimento global de implementação dos ODS. O terceiro passo é a atual redação do VLR, onde o trabalho inicial tem vindo a ser aprofundado através da recolha de dados, da escolha de metas e indicadores e de um processo de gestão e monitorização. No atual processo, e considerando não existir um documento associado a uma visão ou visões para 2030, 2040, 2050, foram realizadas sessões de trabalho geradoras de uma corrente fluída e crescente de Visões – Estratégias – Projetos – Recursos (anexo 2) que asseguraram a criação de um plano de ação real e implementável.

A elaboração do VLR contribuirá para o desenvolvimento da visão sobre o que poderá ser Mafra em 2030. Consequentemente, é também um processo que originará uma lista de projetos transformacionais, tendo como base a experiência associada ao Desenvolvimento Sustentável no Município de Mafra.

Com base nos resultados do Relatório, é possível planear próximas etapas e melhorar a implementação da Agenda 2030. Os governos locais são incentivados a participar ativamente em eventos e discussões associados ao HLPF, para aí poderem partilhar as suas experiências e o que aprenderam no processo de VLR, com os governos de outras regiões. O VLR é um processo onde cada região faz o balanço e avalia os progressos e lacunas na implementação de ODS e respetivas metas. Trata-se de um processo inclusivo que deverá envolver todos os atores relevantes para a região. É por isso importante integrar o processo, e o que ele revela, na implementação dos ODS, só desse modo se poderá planear um acompanhamento eficaz e um envolvimento contínuo de todos. Medir e divulgar o impacto nos ODS ajudará os Municípios a atrair as partes interessadas, a aprimorar os processos sustentáveis na tomada de e a fortalecer o seu comprometimento.

VLR
CONTEXTO INSTITUCIONAL

ARTICULAÇÃO ENTRE O RELATÓRIO VOLUNTÁRIO NACIONAL E OS RELATÓRIOS VOLUNTÁRIOS LOCAIS

Localizar os ODS significa implementar a Agenda 2030, do Município para os cidadãos. Contudo, este movimento é potenciado quando existe uma articulação entre o governo nacional e os locais. Nesta linha, e considerando que o Governo de Portugal irá apresentar em 2023 o segundo Relatório Voluntário Nacional (VNR), foram encetadas iniciativas junto da administração central para que sejam criadas sinergias. Desta forma, Portugal terá a possibilidade de apresentar, no *High-level Political Forum on Sustainable Development* (HLPF), uma perspetiva holística que integra os movimentos resultantes da articulação entre o VNR e os VLRs.

VISÕES, ESTRATÉGIAS, PROJETOS E RECURSOS

Conscientes da importância de envolver todas as partes interessadas e animados pela colaboração entre as mesmas, foram criadas sessões de trabalho com a sociedade civil, com as empresas, com os colaboradores da autarquia e com membros do Executivo. Destas reuniões resultou o mapa de síntese VEP, que se encontra no anexo 2 do presente documento.
A promoção do bem-estar da comunidade é uma prioridade fundamental do Executivo Municipal. Para isso, em linha com as melhores práticas internacionais, o Município de Mafra está a apostar num modelo de desenvolvimento que se estrutura a partir dos três pilares tradicionais da sustentabilidade e de um quarto pilar diferenciador: **equidade social**, por um território inclusivo e justo, com ofertas de saúde e educação de qualidade; **sustentabilidade ambiental**, protegendo os recursos naturais e a sua biodiversidade; **prosperidade económica**, gerando empregos e riqueza para as pessoas e as organizações; e **vitalidade cultural**, promovendo a história, o "sentido de pertença" e uma forte dinâmica cultural.

A PARTILHA DO PROCESSO A NÍVEL INTERNACIONAL E JUNTO DAS PARTES INTERESSADAS

Considerando a rápida evolução do Município de Mafra em matéria de processo de localização, este foi convidado a estar representado no *World Urban Forum* (WUF) em Katowice, na Polónia. O Presidente da Câmara Municipal, Hélder Sousa Silva, foi orador na reunião presidida pela Secretária Executiva do UN Habitat. Durante o WUF11, teve também lugar a reunião de coordenação do UN Habitat na qual foi apresentado o conceito do Laboratório de Mafra para Cidades ODS. Esta é uma iniciativa deste Município, em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, e em conjunto com outros Municípios nacionais e lusófonos, pretendendo ser um lugar de estudo e de investigação dos ODS. Um Laboratório de Alta Performance, fazendo ciência ODS, permitirá a Mafra difundir e valorar a identidade do Concelho no Mundo.
Nesta sequência, e por ocasião da cerimónia de atribuição a Mafra do galardão de *SDG Silver City*, os Municípios de Mafra, Braga, Loulé e Quelimane (Moçambique), a Área Metropolitana de Lisboa, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a Universidade Católica Portuguesa e o UN Habitat celebraram um Memorando de Entendimento com vista ao desenvolvimento de um plano de ação conjunto para criação de Laboratórios Regionais e um Hub Global no âmbito dos ODS, com funções de investigação aplicada, formação e capacitação, assim como partilha do conhecimento com outros territórios em Portugal e no espaço lusófono. Neste momento, desenvolvem-se ações, com o UN Habitat, para que este Hub seja o promotor de um evento internacional destinado a cidades lusófonas, no *High-level Political Forum on Sustainable Development* (HLPF) 2023.
Mais recentemente, no âmbito da reunião do Executive Board do UN Habitat realizada em 29 de março de 2023, o Município de Mafra foi desafiado a partilhar o seu

testemunho, através de um vídeo, manifestando apoio à criação de um sistema de certificação de *SDG Cities* à escala dos 193 Estados-Membros.
A existência de uma relação muito favorável entre o Município e os seus parceiros leva-nos a supor que o envolvimento de todos será um fator diferenciador na implementação e consecução dos ODS. Por esta razão, o Município continua a divulgar a temática junto da comunidade local. A campanha iniciou-se no Dia do Município de 2022 e tem vindo a incluir, entre outras ações, a distribuição de materiais de promoção, com particular incidência em grandes eventos, tais como "Há Festa no Parque – Dia Mundial da Criança", Festival do Pão ou "O Natal chegou à Vila", para além das ações de comunicação no boletim, no site e das redes sociais da autarquia.
O ano letivo 2022/2023 marcou o arranque das atividades especialmente orientadas para o público escolar, com destaque para o lançamento de jogos didáticos. Foram entregues exemplares do "Jogo da Memória ODS" às crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º e 2.º anos de escolaridade. O "Jogo dos ODS" foi atribuído aos alunos do 3.º ao 6.º ano de escolaridade e às bibliotecas escolares do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Adicionalmente, realizaram-se iniciativas com mostra de filmes solidários, que voltaram a trazer a temática dos ODS aos alunos no ensino do 2.º ciclo.
Neste âmbito, é de sublinhar, com particular destaque, que foi criada, pela equipa interna da autarquia, uma composição musical alusiva aos ODS, a qual teve como difusor um coro de crianças, adolescentes e adultos. Para refletir a dinâmica de Mafra no mundo, a composição musical já se encontra traduzida em inglês.

O COMPROMISSO EM NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

O processo de localização dos ODS em geral e o desenvolvimento do VLR vieram trazer para a agenda todos aqueles que normalmente estão menos visíveis. Mais do que a pobreza, questões como a dignidade dos mais novos e dos mais idosos, ou das profissões menos valorizadas passaram a ter mais atenção. São exemplos as atividades agrícolas e florestais onde se dignificam as profissões do setor primário, valorizando a articulação entre o Homem e a natureza, e simultaneamente se enaltece a relação entre o solo urbano, o solo rural, o mar e o capital natural.

REFLETIR OS ODS NOS DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS E NO DIA A DIA

Durante o processo de localização, o Plano Diretor Municipal (PDM), importante documento de ferramenta de gestão territorial, encontrava-se em processo de revisão por adaptação, o que permitiu incluir os ODS neste documento estratégico. O plano de desenvolvimento económico, que está a ser elaborado, relaciona visões, estratégias, projetos e recursos. Estão igualmente a ser criados modelos de desenvolvimento com os quais se valorizam os ativos do Concelho, associados a um modelo de gestão analítica, que incorpora e relaciona os projetos de investimento com os ODS respetivos.

N247
N9
N8
A8
A21
N116
N247
Linha do Oeste
N9
N8
A8
PEDRO RAMOS 23

1 ERRADICAR A POBREZA

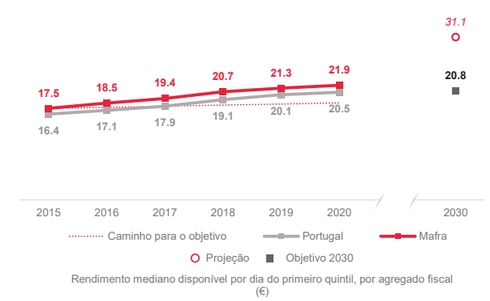
Todos merecem viver uma vida livre de pobreza e ter uma oportunidade para prosperar.
A pobreza não se resume a falta de condições mínimas para garantir a sobrevivência com qualidade de vida e dignidade. O desemprego, as catástrofes naturais, as mudanças sociais e económicas ou a falta de acesso a serviços básicos são algumas das razões que poderão contribuir para a pobreza.
Erradicar a pobreza visa garantir que todos tenham direito a bens e serviços essenciais à vida: alimentação, cuidados de saúde, habitação condigna, educação. Erradicar a pobreza é assegurar que todos possam participar de modo igualitário em sociedade, sem serem discriminados ou excluídos. Erradicar a pobreza é garantir que todos tenham acesso a recursos económicos, financeiros, naturais e às novas tecnologias. Erradicar a pobreza é garantir que ninguém fique para trás.

ODS 1
ERRADICAR A POBREZA

O QUE DIZEM OS DADOS

De acordo com o Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM), o rendimento mediano disponível por dia, do primeiro quintil, por agregado fiscal, tem demonstrado uma tendência crescente. Neste indicador, é expectável que o objetivo seja atingido até 2030. Na perspetiva do Município, é imperativo conseguir manter esta tendência de evolução positiva. É importante que este rendimento não pare de crescer, em todo o território do Concelho.
O peso da renda mediana dos novos contratos de arrendamento, no rendimento mediano disponível por agregado fiscal, também tem vindo a crescer. Consciente desta situação, a autarquia tem em curso, desde 2020, a Estratégia Local de Habitação, a qual preconiza, até 2025, o investimento na aquisição, construção e reabilitação de casas por todo o Concelho de Mafra, para arrendamento em vários regimes.

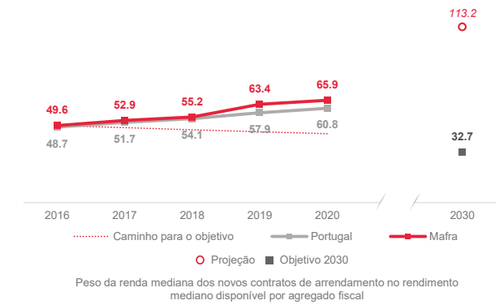
Indicador 1.2.3. Rendimento mediano disponível por dia do primeiro quintil, por agregado fiscal (€)



OBJETIVO 2030 ATINGIDO ✓

Fonte: INE (2015-2020), cálculos CESOP

Indicador 1.4.1(c). Peso da renda mediana dos novos contratos de arrendamento no rendimento mediano disponível por agregado fiscal



Progressão para o objetivo 2030 ↓

Fonte: INE (2016-2020), cálculos CESOP

O QUE ESTÁ A SER FEITO

São múltiplas as causas da pobreza e nem sempre fáceis de identificar. Há muito que o Município vem desenvolvendo medidas para cuidar dos mais desfavorecidos.
Em 2016, a autarquia implementou o Programa Municipal + Família, o qual tem como objetivo promover e valorizar a família, criando condições para que possa desempenhar a nobre função que só a ela cabe: cuidar dos seus e, assim, contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Porque ninguém pode ficar para trás, o programa destina-se a apoiar todas as famílias, contemplando respostas sociais mais vocacionadas para os agregados familiares numerosos e carenciados. Com uma visão transversal, são abrangidas variadas áreas de atuação municipal: dos impostos às taxas e tarifas, incluindo a habitação, a educação, a cultura, o desporto, a ocupação de tempos livres, a infância e a velhice.
Por outro lado, reconhecendo a importância de proporcionar apoios às famílias para que estas consigam assegurar compromissos financeiros devidos por habitação, a Câmara Municipal criou, em 2014, o Arrendar – Programa de Apoio ao Arrendamento Habitacional no Município de Mafra, tendo o seu regulamento sido revisto em 2017 e 2019, com o objetivo de se ajustar aos desafios da sociedade atual.
O Conselho Local de Ação Social de Mafra, designado por CLASMafra, da qual a autarquia faz parte, é um órgão de local de concertação e congregação de esforços, funcionando como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas, visando a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social pela promoção do desenvolvimento social local.
Para uma primeira linha de ação, a autarquia dispõe da Linha de Apoio Social, um número verde, criado com o objetivo de proporcionar um contacto mais direto com os munícipes, sinalizando e dando resposta mais célere aos pedidos.

2 ERRADICAR A FOME

A alimentação segura e nutritiva e as boas práticas agrícolas são essenciais para a erradicação da fome e da pobreza e poderão ser fatores diferenciadores para o desenvolvimento do Concelho de Mafra. A agricultura, a silvicultura e as pescas, que estão na génese deste território, poderão garantir o acesso a uma alimentação nutritiva e segura para todos, desenvolvendo simultaneamente o meio rural e preservando o meio ambiente.

ODS 2
ERRADICAR A FOME

O QUE DIZEM OS DADOS

A alimentação saudável é um fator diferenciador na adoção de estilos de vida saudáveis. Os dados disponíveis para a prevalência da obesidade infantil abrangem a AML. Verifica-se que este indicador tem vindo a crescer: em 2014, 14,7% contra 16% em 2019.
A proporção de produtores agrícolas biológicos no Concelho tem crescido, contribuindo assim para a identidade local no que respeita a práticas agrícolas ancestrais e promovendo o respeito pelos recursos naturais e culturais locais. Considerando que a progressão deste indicador apresenta tendência de crescimento positivo, estes produtores referem a importância de um selo de certificação para a Produção Biológica.
De acordo com os dados, o indicador relativo à existência de nitratos nas águas subterrâneas vem revelando um comportamento positivo, sendo previsto que atinja o cumprimento do objetivo até 2030. É, sem dúvida, uma perspetiva importante, uma vez que se prevê um aumento de captação de águas subterrâneas para fazer frente aos períodos de seca. De referir ainda que as práticas agrícolas têm vindo a melhorar, de modo a não haver contaminação de águas no solo.

Indicador 2.4.1. Proporção de produtores e preparadores agrícolas biológicos (%)[2]

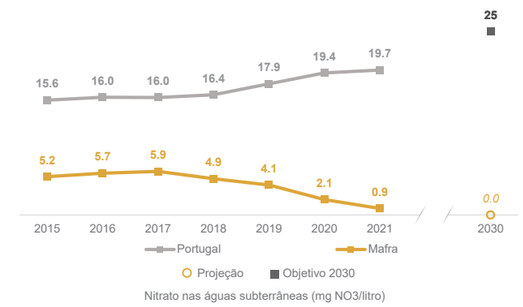
Progressão para o objetivo 2030

AGRICULTURA BIOLÓGICA

Modo de produção que visa produzir alimentos e fibras têxteis de elevada qualidade, saudáveis, ao mesmo tempo que promove práticas sustentáveis e de impacto positivo no ecossistema agrícola.

Fonte: DGADR (2014-2020), cálculos CESOP

Indicador 2.4.2. Nitrato nas águas subterrâneas (mg NO3/litro)



OBJETIVO 2030 ATINGIDO

Fonte: SNIRH (2011/2015-2017/2021), cálculos CESOP

O QUE ESTÁ A SER FEITO

Nos estabelecimentos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico existem nutricionistas para garante da qualidade alimentar das refeições servidas.
No âmbito da Portaria n.º 113/2018, de 30 de abril, na sua atual redação, que institui o Regime Escolar, a Câmara Municipal procede à disponibilização de duas peças de fruta por semana a cada aluno do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública. Similarmente, procede-se à disponibilização de duas peças de fruta/ hortícolas, por semana, às crianças dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública.
Também no âmbito do Regime Escolar, e na sequência da transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio da Educação, nos termos do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a Câmara Municipal procede à distribuição de leite escolar nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, incluindo o leite sem lactose e a bebida vegetal de soja.
Com o objetivo de suprir as necessidades das pessoas mais carenciadas, a autarquia tem um protocolo com o Instituto da Segurança Social IP, estabelecendo-se como polo de receção e distribuição de bens alimentares através do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC).
Com o objetivo de encurtar os circuitos alimentares, Mafra integra o projeto *FoodLink* que pretende apoiar a operacionalização de sistemas agroalimentares sustentáveis, competitivos e resilientes, de base territorial. Tendo como base uma estreita relação com o ordenamento do território regional e local, que tem impacto positivo na criação de dinâmicas urbano-rurais de proximidade e integrando o planeamento e gestão do sistema alimentar nas suas diferentes componentes, pretende-se que, até 2030, cerca de 15% do aprovisionamento alimentar da AML possa ser assegurado localmente, tendo por base os modos de produção sustentáveis, soluções inovadoras e redes de distribuição de baixo carbono e em circuitos alimentares de proximidade. Este projeto encontra-se alinhado com os compromissos definidos pelas várias Estratégias Internacionais, Nacionais e Regionais para o Horizonte 2030. (in Enquadramento Estratégico do *FoodLink*, junho 2022)

3 SAÚDE DE QUALIDADE

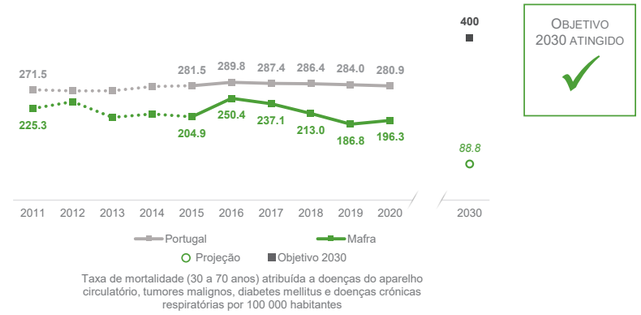
Saúde de Qualidade não é restrita a boas práticas e cuidados clínicos. As políticas de saúde devem ser consideradas de modo mais abrangente, de forma a garantir que todos adotem estilos de vida saudáveis, independentemente da sua situação económica. A aposta na prevenção, a educação para uma alimentação saudável e a sensibilização para estilos de vida mais ativos tem cada vez mais evidência no Município.

ODS 3
SAÚDE DE QUALIDADE

O QUE DIZEM OS DADOS

Os indicadores que medem este ODS revelam melhores desempenhos, por parte do Município, do que a média nacional.
No entanto, no que respeita ao indicador da taxa de mortalidade (30 a 70 anos) atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes *mellitus* e doenças crónicas respiratórias por 100 000 habitantes, o Concelho apresenta um número inferior à média nacional.
Já o indicador que mede o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde no Concelho tem vindo a aumentar lentamente. No que concerne ao número de dentistas e farmacêuticos, crê-se que se atinjam os objetivos até 2030. No que respeita à retenção de médicos e enfermeiros, a autarquia tem tentado encontrar uma série de incentivos à fixação destes profissionais, nomeadamente, apoio financeiro para pagamento de renda ou empréstimo bancário, assim como transporte.

Indicador 3.4.1. Taxa de mortalidade (30 a 70 anos) atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias por 100.000 habitantes



Taxa de mortalidade (30 a 70 anos) atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias por 100 000 habitantes

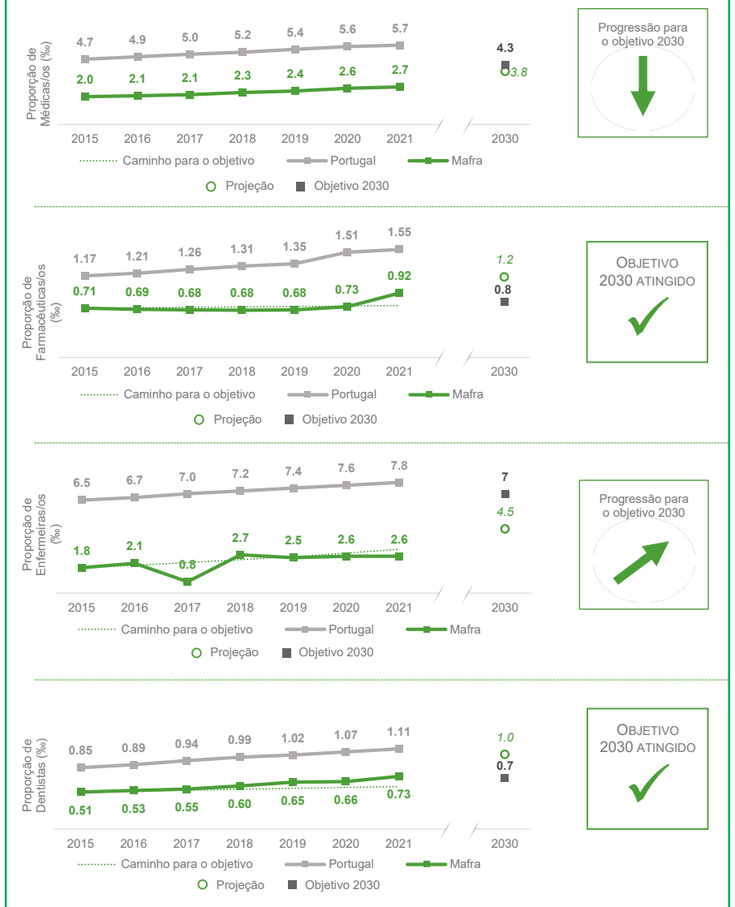
OBJETIVO 2030 ATINGIDO ✓

Fonte: INE (2011-2020), cálculos CESOP

O QUE ESTÁ A SER FEITO

No âmbito dos cuidados de saúde, reconhecendo a importância da saúde mental, o Município estabeleceu um protocolo com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa (CHPL) para criação do MESMO – Mafra Espaço de Saúde Mental e Ocupacional, uma unidade de atendimento especializada, com intervenções no domicílio e em articulação com os cuidados de saúde primários, proporcionando à população adulta uma maior acessibilidade aos serviços de psiquiatria especializados, contribuindo para a reabilitação e a reintegração social de pessoas com doença mental. Para além de consultas médicas de psiquiatria são desenvolvidas atividades ocupacionais, complementadas com um programa de visitas domiciliárias aos utentes concelhios.
Recentemente, no seguimento dos impactos provocados pela pandemia COVID-19, a autarquia criou o Gabinete de Apoio Psicológico, que tem como objetivo contribuir para a promoção do saudável desenvolvimento psicológico, emocional e social da população residente.
De forma a garantir igualdade nos cuidados de saúde, o Município de Mafra, em parceria com a Associação Dignitude, aderiu ao Programa ABEM: Rede Solidária do Medicamento, que visa garantir o acesso a medicamentos, comparticipados pelo SNS e prescritos por receita médica, a qualquer munícipe que se encontre em situação de carência económica. Está também contemplado, no Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mafra, apoio pecuniário para deslocação a consultas e/ou exames médicos, para munícipes carenciados.

Indicador 3.c.1. Principais profissionais de saúde por especialidade (‰)



Fonte: INE (2015-2021), cálculos CESOP

Por outro lado, reconhecendo os desafios apresentados pelo envelhecimento demográfico, o Município de Mafra elaborou a Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo e Saudável do Concelho de Mafra, que define a Saúde e Bem-estar Físico e Mental como um eixo prioritário, contemplando um conjunto de medidas para a otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança que contribuam para a melhoria da qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem.
Noutra vertente, verificando-se a falta de médicos de família, a autarquia criou a medida Incentivo à Fixação de Médicos, de natureza pecuniária, atribuído mensalmente, por um período máximo improrrogável de 24 meses, até ao valor máximo de 400€, para custear uma das seguintes despesas: deslocação, arrendamento ou aquisição de habitação própria. Este apoio destina-se a todos os médicos de medicina geral e familiar que concorram ao preenchimento de vagas nas Unidades de Saúde de Mafra.
Importa ainda referir o investimento realizado pelo Município de Mafra na construção de infraestruturas de saúde. Destacam-se as Unidades de Saúde de Mafra Leste e Mafra Norte em 2017 e 2019, respetivamente, e a elaboração do projeto para a construção da Unidade de Saúde que servirá a União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário. Adicionalmente, é importante que seja reformulada a oferta hospitalar pública, de forma a permitir o encaminhamento dos doentes para um único Hospital de retaguarda.
Por fim, e considerando que o aumento da qualidade de vida está associado à prática regular de atividade física, o Município dispõe de uma descentralizada rede de instalações desportivas, com oferta diversificada e regular.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

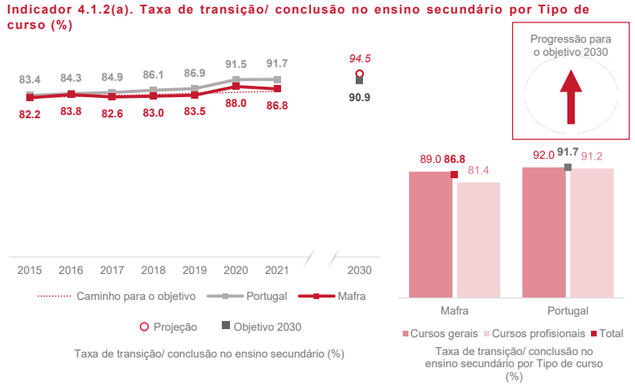
Este ODS procura garantir a educação equitativa e de qualidade em todas as fases da vida, bem como aumentar o número de jovens e adultos com competências relevantes para o emprego, empregos dignos e empreendedorismo. O objetivo prevê ainda a eliminação das disparidades de género e de rendimentos à educação.

ODS 4
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O QUE DIZEM OS DADOS

Neste ODS, o Município destaca-se com um dos melhores desempenhos do país. A qualidade da educação, aliada a excelentes infraestruturas escolares, desportivas e de lazer, é um fator que terá contribuído para que o Município tenha sido escolhido por mais de 10 mil pessoas, na última década, para aqui fixarem residência.
A taxa de pré-escolarização no Concelho atingiu o seu valor máximo em 2021, tendo este objetivo já sido alcançado. A progressão da taxa de transição/ conclusão no ensino secundário, por tipo de curso, tem vido a crescer nos últimos anos, esperando-se que também este objetivo seja conseguido.

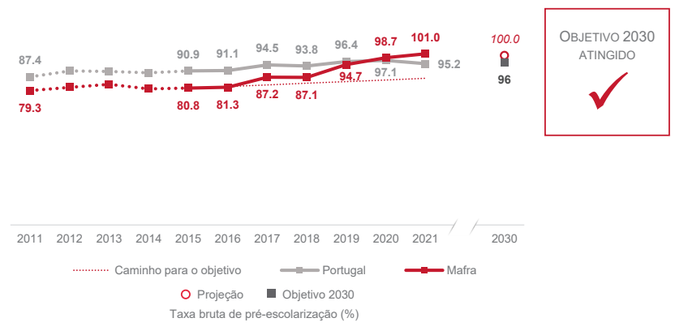
Indicador 4.1.2(a). Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário por Tipo de curso (%)



Fonte: INE (2014/2015-2020/2021)

Fonte: INE (2020/2021)

Indicador 4.2.2. Taxa de pré-escolarização (%)



Fonte: INE (2010/2011-2020/2021)

A taxa de pré-escolarização descreve a relação entre as crianças de 3-5 anos que vivem no município e as crianças escolarizadas nas escolas pré-escolares.
Diferenças entre concelho de trabalho e concelho de residência dos pais pode justificar taxas superiores a 100%.

O QUE ESTÁ A SER FEITO

Considerando que a educação é um fator determinante para o desenvolvimento humano, a Câmara Municipal decidiu, há muito, eleger esta como uma área prioritária de intervenção. Desta forma, foi concretizado um conjunto de ações de apoio ao desenvolvimento das atividades curriculares e extracurriculares nos estabelecimentos de educação e de ensino, bem como foi efetuado um significativo investimento na expansão e modernização do parque escolar, dotando-o de múltiplas valências, incluindo logradouros com espaços de jogo e recreio.
A rede educativa pública existente no Concelho apresenta um conjunto de equipamentos de construção/ reconstrução recente, resultante de um programa de execução previsto na Carta Educativa de 2006 e executado praticamente na sua totalidade até 2011. Parte deste investimento, permitiu, entre outros, a construção/ adaptação de 10 estabelecimentos de educação e ensino, na sua maioria centros escolares. Numa fase posterior, foram estabelecidos Acordos de Colaboração entre o Município de Mafra e o Ministério da Educação para ampliação, modernização e requalificação das Escolas Básicas Professor Armando de Lucena – Malveira, António Bento Franco – Ericeira, da Venda do Pinheiro e de Mafra.
A Câmara Municipal encontra-se a proceder à revisão da Carta Educativa do Concelho de Mafra (2020/2021 a 2027/2028). No âmbito das intervenções propostas, importa destacar a construção de dois novos estabelecimento: uma nova Escola Básica integrada com Jardim Infância do 1.º ao 3.º Ciclo do Ensino Básico em Mafra e uma nova Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos a integrar o Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro (a localizar na freguesia do Milharado), no sentido de aumentar a capacidade de resposta, tendo em consideração as elevadas taxas de ocupação – com especial incidência no principal eixo urbano. A par das grandes intervenções, destaca-se, ainda, a ampliação das atuais EB2,3 com ensino secundário nos Agrupamentos de Escolas da Ericeira e Prof. Armando de Lucena. Também se prevê a ampliação do JI da Venda do Pinheiro, da EB Prof. João Dias Agudo – Póvoa da Galega, da EB da freguesia da Carvoeira, da EB das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros e da EB da Malveira.
Estas propostas constantes na Carta Educativa vão permitir um incremento total de 100 salas: 78 salas de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, nove salas de educação pré-escolar e 13 salas de aula ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico.
Considerando a necessidade de assegurar o acompanhamento das crianças da educação pré-escolar e dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, antes e depois dos períodos de atividades letivas e de componente curricular, a Câmara Municipal disponibiliza as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e a Componente de Apoio à Família (CAF) que integram o fornecimento de refeições, o prolongamento de horário (da manhã e da tarde) e as atividades nas interrupções letivas.
Adicionalmente, e mais uma vez, reconhecendo a importância de promover a alimentação saudável e a atividade física nas crianças do 1.º ciclo do ensino básico, aumentando os padrões saudáveis, e reverter situações de malnutrição infantil (desnutrição, excesso de peso e obesidade), deu-se início à implementação do projeto multidisciplinar

"Mafra Vive Saudável – Cresce Ativo e Saudável", resultante da parceria entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Oeste-Sul – Unidade de Saúde Pública de Mafra.
Conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, na sua atual redação, e no Despacho n.º 8452-A/2015, de 30 de julho, do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, publicado no *Diário da República*, II série, de 31 de julho, na sua atual redação, os auxílios económicos constituem uma modalidade de apoio socioeducativo destinada aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade para fazer face aos encargos com material escolar, refeições e visitas de estudo. Nesta sequência, para efeitos de aquisição de material escolar, a Câmara Municipal procede à atribuição de vales-oferta, no valor de 16,00€ e de 8,00€, consoante os alunos se encontrem posicionados nos escalões A ou B de Ação Social Escolar, respetivamente. Às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo que beneficiam do Escalão A de Ação Social Escolar é-lhes, ainda, concedida a gratuitidade das refeições e aos que beneficiam do Escalão B de Ação Social Escolar é-lhes reduzido o pagamento das refeições em 50%.
A Câmara Municipal procede, ainda, à atribuição de uma comparticipação financeira, aos Agrupamentos de Escolas, tendo em vista a realização de visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares por parte dos alunos abrangidos pelos escalões A e B, da ação social escolar, respetivamente em 100% e 50% do valor total, no limite máximo anual de € 20,00 (escalão A) e de € 10,00 (escalão B).
Dando cumprimento às atribuições do Município no que concerne à organização, financiamento e controlo de funcionamento dos transportes escolares e, conforme estabelecido no Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares, são transportados, diariamente, através da utilização de carreiras em circuito especial ou da atribuição de comparticipação do passe escolar, crianças e alunos dos diversos níveis de educação e ensino.
Considerando a importância do desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular, de carácter gratuito e facultativo e com um cariz formativo, cultural e lúdico, que complementem as atividades da componente curricular, e a necessidade de garantir a oferta de atividades relevantes para a formação integral dos alunos e de articular com as famílias uma ocupação útil e consequente dos tempos letivos, a Câmara Municipal de Mafra promove Atividades de Enriquecimento Curricular.
Complementarmente à iniciativa do Ministério da Educação, a Câmara Municipal procede à atribuição de manuais escolares aos alunos do ensino básico, que frequentam os estabelecimentos de ensino do 1.º, 2.º e 3.º ciclos da rede privada dentro e fora do Município.
Procede, ainda, à atribuição de uma comparticipação financeira aos Agrupamentos de Escolas, para aquisição de material didático, tinteiros e material para reabastecimento das caixas de primeiros socorros e supletivamente para apoio ao desenvolvimento das atividades curriculares, nomeadamente, visitas de estudo, no valor de € 5,00 por criança que frequenta a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico.
No âmbito das visitas de estudo, a Câmara Municipal procede, também, a atribuição de uma comparticipação financeira, no valor de 100,00€ por sala/turma, aos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, das redes pública, privada e solidária, visando o apoio a visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares, nomeadamente a aquisição do transporte.
Em termos de oferta educativa e formativa de nível superior, no Polo de Mafra da Academia de Ensino Superior de Mafra, localizado no Edifício Municipal de Serviços da Avenida 1.º de Maio, são ministrados, pelo Instituto Politécnico de Tomar (IPT), os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) de Marketing Digital, Informática, Informática de Gestão, Gestão de Turismo e Gestão Administrativa de Recursos Humanos. Paralelamente, no Polo da Ericeira da Academia de Ensino Superior de Mafra, localizado no edifício da incubadora de negócios Ericeira Business Factory, é ministrado, pelo Instituto Politécnico de Santarém (IPS) - Escola Superior de Desporto de Rio Maior, o CTeSP de Surfing no Treino e Animação turística.
A par do investimento direto na área da educação, o Município tem igualmente apostado no desenvolvimento da cultura enquanto instrumento de formação dos cidadãos.
No contexto da sua política cultural, e sob o mote "Mafra é Música", salienta-se a conservação, divulgação e valorização do património instrumental único, associado aos seis órgãos históricos e aos dois carrilhões do Real Edifício de Mafra, a organização de festivais, ciclos temáticos e concertos, a edição de publicações, a criação do Conservatório de Música de Mafra, a realização de *masterclasses* e *workshops*, para além da futura instalação em Mafra do Museu Nacional da Música e do Polo de Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa.

5 IGUALDADE DE GÉNERO

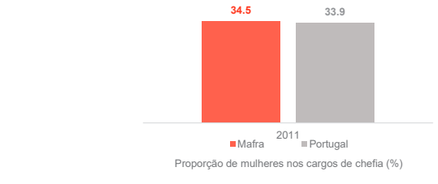
Pôr fim a todas as formas de violência e quaisquer práticas prejudiciais contra mulheres e meninas. Na esfera pública e privada, garantir a plena participação de mulheres e igualdade de oportunidades para a liderança a todos os níveis da tomada de decisão política e económica, está na génese deste ODS.

ODS 5
IGUALDADE DE GÉNERO

O QUE DIZEM OS DADOS

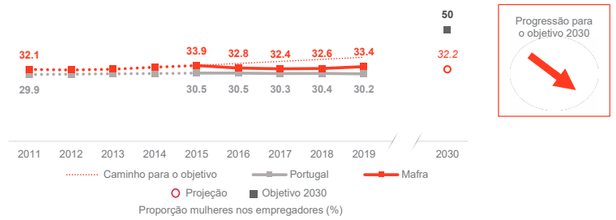
A igualdade entre os sexos está relacionada com os direitos humanos, especialmente os direitos da mulher e com desenvolvimento económico. Só com a igualdade entre os sexos é possível assegurar a todas as crianças oportunidades iguais para desenvolver as suas aptidões.
O indicador da proporção de mulheres nos cargos de chefia no Concelho é maior do que a média nacional. No que respeita à disparidade de ganho mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem, este indicador tem vindo a decrescer.

Indicador 5.5.2(a). Proporção de mulheres nos cargos de chefia (%)



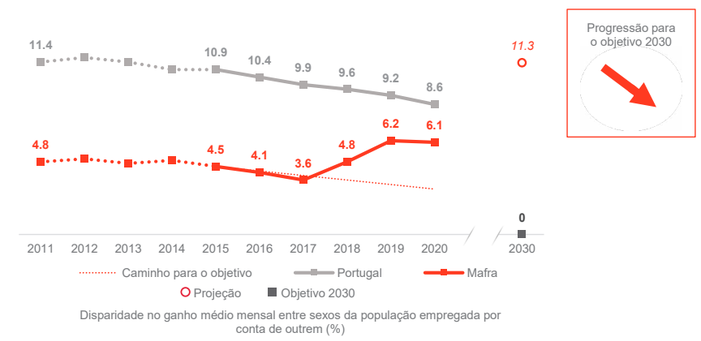
Fonte: INE (2011), cálculos CESOP

Indicador 5.5.2(b). Proporção de mulheres nos empregadores (%)



Fonte: Pordata (2011-2019), cálculos CESOP

Indicador 5.1.3. Disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem (%)



Fonte: INE (2011-2020)

O QUE ESTÁ A SER FEITO

Com a relevância que este tema tem vindo a abranger no espectro social e político das sociedades ocidentais, regista-se um incremento de políticas europeias e nacionais ligadas a questões de igualdade de género. É primordial objetivo melhorar a inserção das mulheres no mercado de trabalho e criar condições que permitam melhorar a conjugação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.
Em 2021, o Município implementou o Plano Municipal para a Igualdade, de modo a prosseguir com os princípios da igualdade: por um lado, numa perspetiva formal de garantir a não discriminação de género entre os/as trabalhadores/as do Município; por outro lado, e usando o seu estatuto privilegiado, sensibilizar e influenciar, nestas temáticas, o meio social em que se insere.
No âmbito da Ação Social, o Município de Mafra estabeleceu, em 2015, um Protocolo com a Associação de Apoio à Vítima (APAV), através do qual são realizadas ações de supervisão e formação para dotar os técnicos de ferramentas necessárias à intervenção com a população vítima de crime, nomeadamente vítimas de violência doméstica, que, de acordo com os dados conhecidos, são maioritariamente do género feminino.
Por outro lado, e dando o exemplo da área desportiva, há um notório aumento de atletas do sexo feminino, em modalidades não tradicionais. De acordo com os dados partilhados pelos Clubes e Associações Desportivas do Concelho de Mafra em janeiro de 2023, referente ao desempenho na época passada, foram destacadas 10 atletas do sexo feminino em modalidades como Esgrima, Judo, *Crossfit*, Ciclismo de pista, *Muaythai* e *Kickboxing Light*, *Jiujitsu*, *Bodyboard* e Surf Sub-16.

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

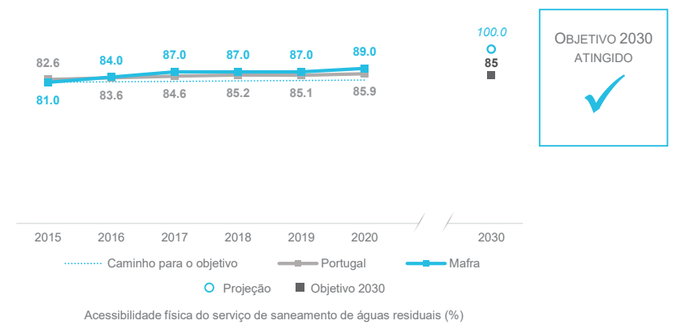
O ODS 6 pretende garantir o acesso universal à água potável segura e a preços acessíveis, ao saneamento e à higiene, assim como melhorar a qualidade da água e a eficiência no seu uso e captação.

ODS 6
ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O QUE DIZEM OS DADOS

No território do Concelho, a acessibilidades física ao serviço de águas está nos 100%, com 43.135 de alojamentos servidos. No que diz respeito ao saneamento, de acordo com os dados da ERSAR (RASARP 2021), 89% dos alojamentos têm acessibilidade física do serviço através de rede de coletores públicos e 96% da população tem acessibilidade física ao tratamento. Quanto maior o número de ligações, menor será o número de descargas indevidas. Os alojamentos que não estão servidos por saneamento coletivo têm soluções individuais, e as zonas sem saneamento coletivo serão consideradas em planos de investimento futuros.
No que diz respeito à taxa de cobertura de drenagem de águas residuais, Mafra apresenta uma maior taxa de cobertura de saneamento coletivo, atualmente em 86%.
No que concerne ao indicador de perdas reais de água, os dados indicam um objetivo nacional para 2030 na ordem dos 100 [l/(ramal.dia)]. Apesar de Mafra em 2018 já só apresentar perdas na ordem dos 52 [l/(ramal.dia)], verifica-se que este indicador tem tido um ligeiro incremento.

Indicador 6.2.1(b). Acessibilidade física do serviço de saneamento de águas residuais (%)

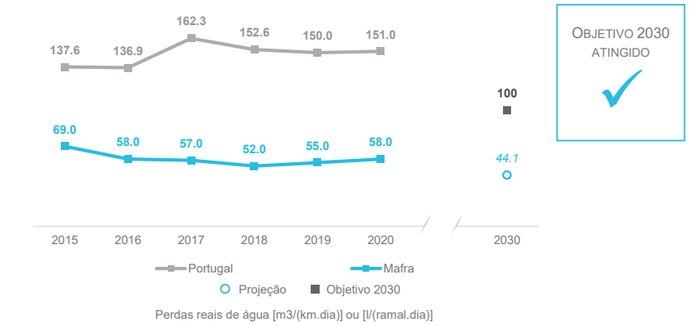


Fonte: INE (2015-2020)

O QUE ESTÁ A SER FEITO

Com o objetivo de aumentar o rendimento da rede, a atividade do dia a dia dos SMAS incorpora determinadas rotinas e tarefas que visam minimizar as perdas reais de água: a existência de uma equipa dedicada diariamente ao controlo das perdas de água na rede, cuja ação passa pela monitorização integral das redes através de Zonas de Medição e Controlo (ZMC), controlando os valores dos caudais mínimos noturnos e a deteção precoce das fugas de água; o plano de substituição de contadores por antiguidade e a rápida substituição de contadores com avaria, garantindo a contagem rigorosa dos consumos dos utilizadores; a existência de um sistema de telemetria para leitura remota de consumos em duas ZMC, com a previsão de alargamento progressivo a mais ZMC da rede de abastecimento, permitindo a leitura em tempo real e emissão de faturas sem estimativas; a deteção e acompanhamento de anomalias de faturação, permitindo identificar situações de contadores parados e usos não autorizados; a deteção de ligações ilícitas através de campanhas de inspeção CCTV aos ramais domiciliares; o plano de manutenção de válvulas redutoras de pressão, que permite a regulação das pressões na rede, reduzindo a incidência de rutura e perdas de água.
Dando cumprimento aos ODS, destaca-se o Plano de Segurança da Água, bem como um Estudo Hidrogeológico do Concelho de Mafra, com vista a melhorar todos os parâmetros relacionados com o abastecimento de água aos munícipes.
Na sequência das conclusões do referido Estudo Hidrogeológico, pretende-se proceder à recuperação de algumas captações de água desativadas, com vista à produção e distribuição de água para usos não potáveis, nomeadamente, para a agricultura/ pecuária, regas de espaços verdes, lavagens de arruamentos e combate a incêndios, reduzindo os consumos dos sistemas de abastecimento de água potável para estas finalidades.
A utilização de águas de nascentes e furos para regas de espaços verdes tem vindo a ser implementada, visando a utilização do recurso hídrico nos lençóis freáticos existentes no solo. Há 25 anos que se faz a reutilização de águas tratadas para regas no Parque Desportivo Municipal de Mafra. Adicionalmente, a autarquia tem vindo a instalar dispositivos para redução do caudal de água em torneiras e chuveiros instalados nos edifícios desportivos municipais e nas escolas. Esta ação irá permitir ao Município reduzir o consumo de água em cerca de 17 milhões de litros anuais.

Indicador 6.4.2. Perdas reais de água [m3/(km.dia)] ou [l/(ramal.dia)]



Fonte: INE (2015-2020), cálculos CESOP

7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

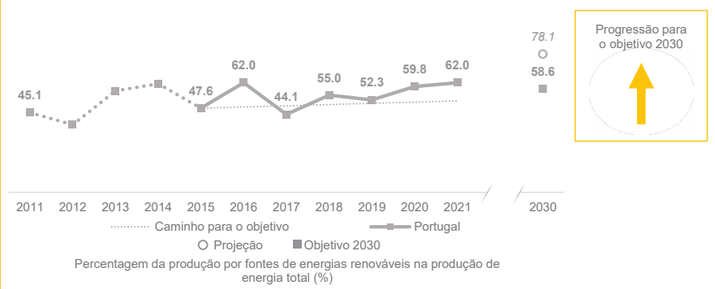
O acesso à energia é um pilar muito importante para o bem-estar das pessoas, bem como para o desenvolvimento económico e redução da pobreza.
O ODS 7 propõe acesso universal à energia moderna, aumentar a percentagem global de energia renovável e dobrar a melhoria na eficiência energética; ou seja, melhorar a eficiência energética e intensificar a cooperação internacional para facilitar um acesso mais aberto à tecnologia de energia limpa e mais investimentos em infraestruturas de energias verdes.

ODS 7
ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

O QUE DIZEM OS DADOS

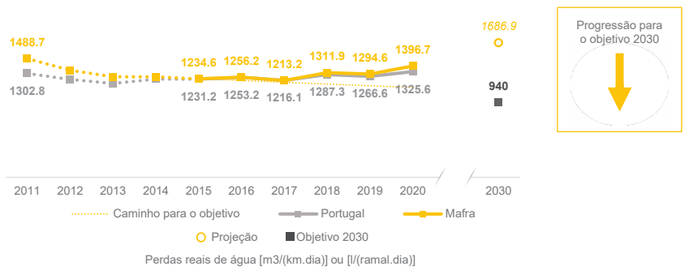
No indicador da percentagem da produção por fontes de energia renováveis na produção de energia total, o Concelho de Mafra tem demonstrado uma evolução crescente e prevê-se que o objetivo seja atingido até 2030.
No indicador relativo ao consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab.), o Concelho de Mafra tem verificado um consumo superior à média nacional.
Neste âmbito, o Município aprovou a adesão ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, criado para reunir governos locais comprometidos em atingir e exceder os Objetivos da União Europeia para a energia e o clima. Dar-se-á, entretanto, início à conceção do Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima.

Indicador 7.2.1(b). Percentagem da produção por fontes de energias renováveis na produção de energia total (%)



Fonte: DGEG (2011-2021)

Indicador 7.3.2. Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.)



Fonte: INE (2011-2020)

O QUE ESTÁ A SER FEITO

De modo a garantir um consumo mais eficiente de energia, tem vindo a ser efetuada a substituição da iluminação convencional por LED, tanto na rede de iluminação pública como nos edifícios municipais.
Por outro lado, tendo como objetivo a adaptação da frota automóvel municipal, já foi iniciada a aquisição de viaturas elétricas.
Por deliberação da Câmara Municipal, realizada em 3 de fevereiro de 2023, está em curso o procedimento relativo ao "Projeto de Regulamento de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos em Locais Público de Acesso Público no Concelho de Mafra".
A instalação de painéis fotovoltaicos encontra-se em fase de estudo para os edifícios municipais.
Prevê-se, ainda, criar no Concelho de Mafra uma Comunidade de Energias Renováveis.
Neste âmbito, Mafra iniciou o desenvolvimento de um plano de ação para as energias renováveis, que pretende investigar os recursos locais disponíveis no território, para um desenvolvimento rápido e eficiente de dispositivos de captação de energia, através da medição do vento e energia solar no local, análise de dados dos recursos e visualização ao vivo por meio de um painel interativo. O objetivo é que se obtenha, para áreas urbanas específicas, sistemas de produção de energia solar e turbinas eólicas de pequena escala que gerem energia sustentável para o consumo necessário. Atualmente, já existem no Município turbinas de grande escala, no entanto, estas apresentam constrangimentos no que diz respeito à sua implantação e funcionamento: ocupam um grande espaço, causam ruído, funcionam apenas com ventos fortes e constantes e representam um investimento avultado. Portanto, onde o espaço disponível no solo é limitado e o fluxo de vento é variável, estas turbinas eólicas de grande porte não oferecem uma solução viável para o consumo local de energia urbana.
O Município está a reforçar, a título de projeto-piloto, a segurança dos peões nas passadeiras no centro da vila de Mafra, instalando uma solução inovadora de iluminação, com recurso a luminárias LED, concebida para estes espaços.

8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

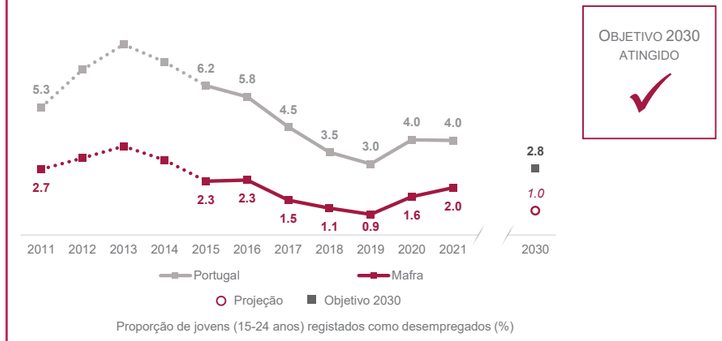
O crescimento económico sustentável requer a diversificação, inovação e atualização da produtividade económica, assim como a promoção de políticas que apoiem a criação de empregos. Consequentemente, é necessário gerar empresas que se desenvolvam, melhorando a eficiência de recursos no consumo e na produção.
É imprescindível garantir o pleno emprego e trabalho decente com remuneração igual. É essencial treinar jovens, através da educação, para a promoção do emprego, mas também proteger os direitos dos trabalhadores, proporcionando-lhes ambientes de trabalho seguros e saudáveis. É fundamental garantir o acesso universal a bancos, seguros e serviços financeiros.
Este ODS aborda ainda a necessidade imperativa de acabar com a escravidão moderna, o tráfico humano e o trabalho infantil.

ODS 8
TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

O QUE DIZEM OS DADOS

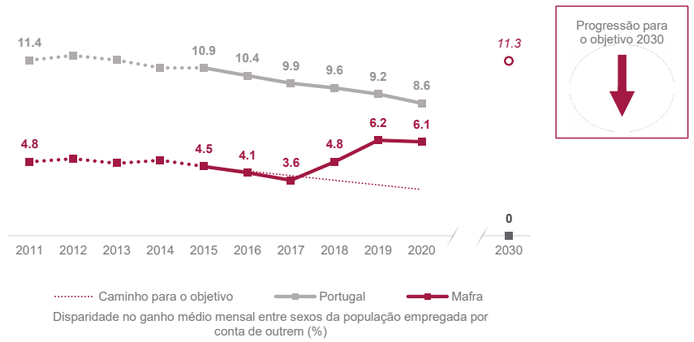
No que diz respeito ao desemprego jovem, os dados neste indicador mostram que, no Concelho de Mafra, este número é pouco expressivo, ainda que tenha aumentado nos dois últimos anos, provavelmente em consequência da crise pandémica. No entanto, é previsível que este objetivo venha a ser atingido.
Quanto à disparidade salarial entre homens e mulheres, tem-se verificado um agravamento.

Indicador 8.6.1. Proporção de jovens (15-24 anos) registados como desempregados (%)



Fonte: Pordata (2011-2021), cálculos CESOP

Indicador 8.5.1(b). Disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem (%)



Fonte: INE (2011-2020)

O QUE ESTÁ A SER FEITO

No Concelho existem duas incubadoras de negócios "Business Factory": a de Mafra, vocacionada para projetos de base tecnológica e para os setores agroalimentar e turístico; a da Ericeira, orientada para o apoio a ideias e projetos de negócios ligados ao mar, ao turismo e à tecnologia. Além de proverem espaços de trabalho, são ainda disponibilizados serviços de consultoria, contabilidade, gestão, mentoria e *network*. As "Business Factory" pretendem afirmar-se como "casas do empreendedorismo", dinamizando e apoiando o tecido económico local, nomeadamente através de workshops e programas destinados a generalizar o conhecimento aos diversos empresários locais.
Os Projetos CEI e CEI+ promovem a inserção de desempregados e pessoas com deficiência na vida ativa. Paralelamente, existe o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), estrutura de apoio à procura de emprego, em estreita cooperação com o Centro de Emprego de Loures/ Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que tem o objetivo de prestar apoio a munícipes em situação de desemprego e jovens à procura do primeiro emprego que pretendam (re)integrar o mercado de trabalho.
No âmbito turístico, o Gabinete de Apoio ao Empresário Turístico apoia na instalação e exploração de estabelecimentos de alojamento local, promovendo e divulgando boas práticas de gestão, de modo a qualificar a oferta turística do Concelho.
A Câmara Municipal disponibiliza, ainda, a marca M e a marca E, que são complementares. Esta representação gráfica, inspirada na identidade própria do Município, ultrapassa a simples divulgação do território, uma vez que está indelevelmente ligada à promoção dos produtos e dos serviços das empresas e das instituições sediadas ou filiadas no Concelho.
De modo a sensibilizar a entrada de jovens no mercado de trabalho, o Município faculta uma série de iniciativas, a saber: a Feira das Profissões, a Feira das Ciências e o Congresso de Novos Cientistas, entre outros. Por sua vez, no âmbito do projeto Capacitar+ Juventude, é disponibilizada formação em diversas áreas.
Neste capítulo formativo, salienta-se, também, que o Município, em parceria com o Turismo de Portugal e a Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril (EHTE), participa no programa Formação+ Próxima, com oferta local de cursos setoriais dirigidos a empresários, gestores, quadros intermédios e operacionais do setor do turismo, tendo dado inicio às sessões formativas em fevereiro de 2022.
Ainda no âmbito do ODS8, Mafra está a elaborar o Plano de Desenvolvimento Económico e Territorial, que tem como objetivo principal dinamizar a captação de investimento privado para o Município, assente em projetos-âncora. Neste plano, ainda em fase preliminar de conceção, serão propostas as prioridades para o desenvolvimento económico local.

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

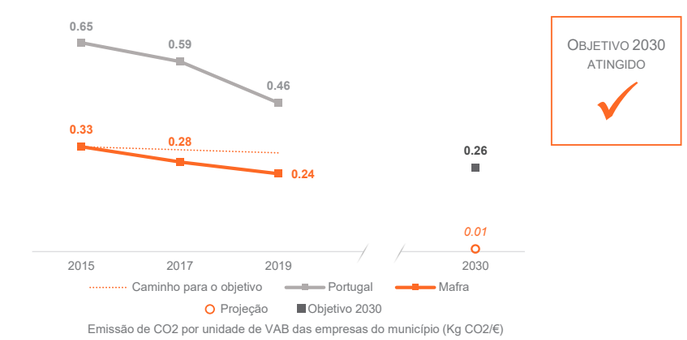
Desenvolver infraestruturas sustentáveis, resilientes e inclusivas; promover a industrialização inclusiva e sustentável; aumentar o acesso a serviços e mercados financeiros. Estas são as ações previstas no ODS 9.
Para garantir que o ODS seja atingido, as indústrias e infraestruturas precisam de ser convertidas de forma sustentável, sendo para isso necessário apoiar o desenvolvimento tecnológico nacional e a diversificação industrial, através do acesso universal às tecnologias de informação e comunicação.

ODS 9
INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

O QUE DIZEM OS DADOS

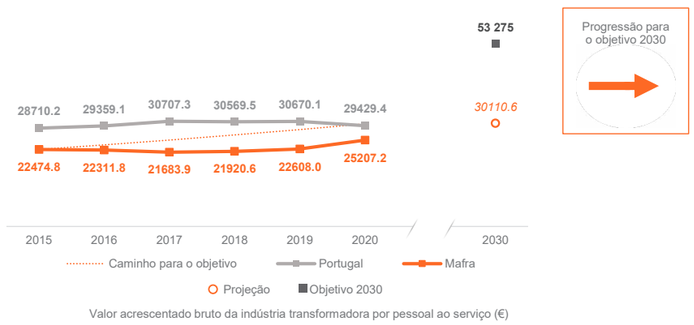
Prevê-se que o valor das emissões de dióxido de carbono, por unidade de Valor Acrescentado Bruto das empresas, seja atingido, de acordo com o definido na Agenda 2030.
Já no que respeita ao Valor Acrescentado Bruto da indústria transformadora per capita, ainda há muito a fazer para que se consigam atingir as metas propostas na Agenda.

Indicador 9.4.1. Emissão de CO_2 por unidade de VAB das empresas do município (kg CO_2/€)[9]



Fonte: APA/INE (2015-2019), cálculos CESOP

Indicador 9.2.1. Valor acrescentado bruto (VAB) da indústria transformadora per capita



Fonte: INE (2015-2020), cálculos CESOP

Obra apoiada pelo programa:

Mafra reQUALIFICA

PROGRAMA MUNICIPAL DE **REGENERAÇÃO URBANA**

O QUE ESTÁ A SER FEITO

No âmbito do projeto nacional Bairros Digitais, o Município de Mafra contribui para a transformação digital nas zonas comerciais tradicionais, permitindo a implementação de novas tecnologias destinadas a promover o comércio local e cativar o consumidor a comprar localmente.
No Município de Mafra pode-se desenvolver planos de pormenor de áreas de atividades económicas com regulamentação no âmbito ambiental, através do Relatório Ambiental, consagrado no D.L. 232/2007, 15/06, na sua atual redação, que transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27/06, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, 26/05, e promove o desenvolvimento sustentável.
Com a intenção de vir a promover os referidos Planos de Pormenor, foi elaborado o estudo das áreas de atividades económicas, do qual resultou um mapeamento das potenciais áreas para instalação de parques empresariais, bem como industriais, serviços e logística.
Neste sentido, foi aprovado o Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira, através do aviso n.º 1634/2020, 30/01, que visa, sobretudo, a promoção de um espaço infraestruturado que permita a relocalização de atividades económicas localizadas no interior dos principais centros urbanos e a requalificação de um território degradado, do ponto de vista ambiental e paisagístico.
No âmbito das infraestruturas sustentáveis, destaca-se o programa "Mafra Requalifica", que tem por objetivo promover, apoiar e incentivar o processo de regeneração urbana em todo o território do Concelho de Mafra, disponibilizando incentivos e serviços de apoio a todos os interessados na reabilitação do património existente: incentivos financeiros, benefícios fiscais e simplificação dos procedimentos administrativos.
No âmbito da inovação, sublinha-se a instalação de mupis interativos no centro histórico de Mafra, com informação turística digital atualizada, assim como a app Mafra & Ericeira Experience, como modo de promoção turística digital, reduzindo a utilização de papel.

10 REDUZIR AS DESIGUALDADES

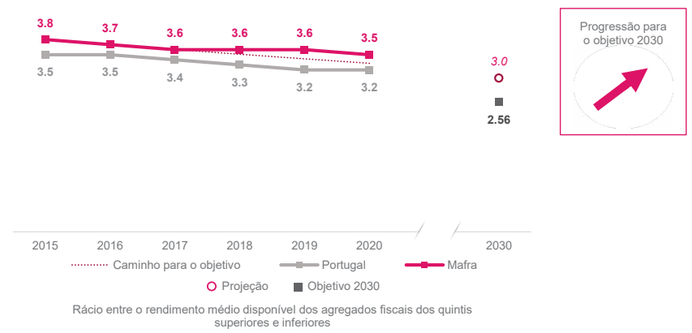
Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre países. Através da redução da desigualdade salarial, promover as inclusões social, económica e política e garantir oportunidades iguais a todos. Acabar com todas as formas de discriminação, adotando políticas fiscais e sociais que promovam a igualdade, nomeadamente através de políticas de migração responsáveis e bem administradas.

ODS 10
REDUZIR AS DESIGUALDADES

O QUE DIZEM OS DADOS

Os dados disponíveis demonstram que, no indicador do rácio entre o rendimento médio disponível dos agregados fiscais dos quintis superiores e inferiores, o Município está no bom caminho para atingir os objetivos de 2030.
No que respeita ao índice do poder de compra *per capita*, o Município de Mafra tem estado em estagnação. É necessário que o rendimento dos mais pobres cresça, de forma sustentável, a um ritmo maior do que o da média nacional.

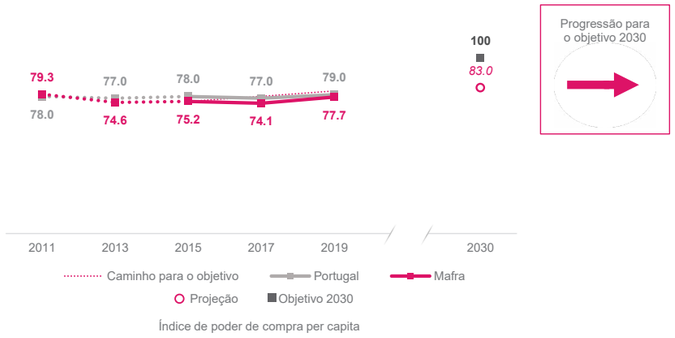
Indicador 10.1.3. Rácio entre o rendimento médio disponível dos agregados fiscais dos quintis superiores e inferiores



Fonte: INE (2015-2020)

Meta 10.1 | Até 2030, progressivamente alcançar, e manter de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional

Indicador 10.1.1. Índice de poder de compra per capita



Fonte: INE (2011-2019), cálculos CESOP

A meta para 2030 (100) representa o poder de compra médio na União Europeia.
Assim, Portugal tem como objetivo para 2030 de atingir o nível médio de poder de compra na União Europeia.

O QUE ESTÁ A SER FEITO

O Município de Mafra tem apostado no desenvolvimento de programas e medidas que contribuem para a redução das desigualdades, bem como investido num trabalho em rede entre os diferentes parceiros locais com o objetivo de maximização de recursos. Neste âmbito, existe, desde 2005, o programa Mafra – Rede Social que pretende fomentar, no Município, a formação de uma consciência coletiva e responsável dos problemas sociais. Incentivando redes de apoio social integrado de âmbito local, contribui, através da conjugação de esforços das diferentes entidades locais envolvidas, para a cobertura equitativa do território. Os serviços, equipamentos e respostas sociais são adaptados aos reais problemas dos munícipes e aos desafios que o futuro coloca à gestão do Concelho.
Paralelamente, numa perspetiva de intervenção direta junto do cidadão, a autarquia dispõe de espaços e gabinetes de atendimento social.
Na área das migrações, o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) é um espaço informal, multidisciplinar e descentralizado que trabalha em estreita colaboração com o ACM - Alto Comissariado para as Migrações, IP. O CLAIM é destinado a todos os migrantes, qualquer que seja a sua nacionalidade, religião ou etnia. Nele prestam-se informações em áreas fundamentais, como o acesso à saúde, educação, trabalho, legalização, nacionalidade, apoio jurídico, habitação, crédito bancário, retorno voluntário ou reagrupamento familiar.
Na área da deficiência, a Câmara Municipal celebrou, em 2022, um protocolo com o Instituto Nacional para a Reabilitação para instalação do Balcão da Inclusão de Mafra. Este balcão tem como objetivo realizar o atendimento qualificado dos munícipes com deficiência/ incapacidade e respetivas famílias, bem como dos técnicos de reabilitação e instituições que desenvolvem qualquer tipo de atividade neste domínio (reabilitação e participação), assegurando-lhes uma informação integrada sobre os direitos e benefícios e recursos existentes para a resolução dos problemas colocados, bem como proceder ao seu correto encaminhamento e desenvolver uma função de mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas responsáveis pela resolução dos seus problemas que seja facilitadora da sua intervenção junto destes utentes.
Recentemente, foi criado também o Observatório da Mobilidade, através do qual se pretende a identificação de barreiras arquitetónicas e o desenvolvimento de projetos para melhorias das acessibilidades, bem como é prestado apoio técnico, nomeadamente aulas individuais de Orientação e Mobilidade, aos munícipes com deficiência visual.
No que respeita a respostas destinadas à população mais velha, enquadradas na Estratégia do Envelhecimento Ativo e Saudável do Concelho de Mafra, a autarquia tem desenvolvido o Programa Geração SEI+ (Saber, Experiência e Idade), que tem como objetivo valorizar a experiência de vida e conhecimentos dos munícipes mais velhos, bem como combater o isolamento social e promover a sua participação e inclusão na sociedade através do desenvolvimento de projetos direcionados para a inclusão digital, atividade física, voluntariado intergeracional e atividades culturais. Neste âmbito, foi constituída, em 2019, uma equipa multidisciplinar, denominada "Cuidar Próximo", vocacionada para a intervenção de proximidade junto das pessoas idosas, em especial as que se encontram em situação de isolamento e/ou vulnerabilidade.
Também neste seguimento, foi criado em 2020 o Serviço Municipal de Teleassistência que tem como objetivo minimizar o isolamento das pessoas mais velhas ou que apresentem circunstâncias de vulnerabilidade social, garantindo um maior nível de apoio e acompanhamento aos cidadãos, transmitindo-lhes, por esta via, um maior sentimento de segurança e autonomia.
Por outro lado, reconhecendo a importância das instituições e associações para a redução das desigualdades sociais, a Câmara Municipal tem vindo a prestar apoio técnico, logístico e financeiro.

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

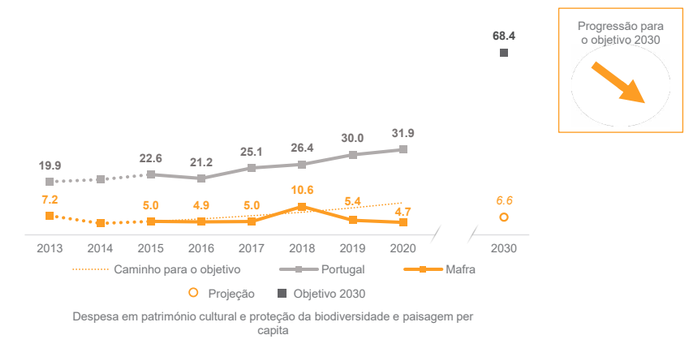
Tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras e sustentáveis, significa que a habitação seja segura e acessível, que os sistemas de transporte sejam acessíveis e não poluentes e que a urbanização seja renovada e bem planeada.
A proteção do património cultural e natural, a diminuição dos efeitos adversos das catástrofes naturais, a redução dos impactos ambientais das cidades e o acesso a espaços verdes e públicos seguros e inclusivos, são propósitos que este ODS pretende atingir até 2030.

ODS 11
CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O QUE DIZEM OS DADOS

Os temas Proteção da Biodiversidade e Património Cultural são de extrema importância para o Município. Segundo os dados do INE e cálculos do CESOP, verifica-se a necessidade de reforço desta despesa. Porém, analisados os dados disponíveis, verificou-se que se basearam no inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais e em estatísticas dos municípios em ambiente, as quais não refletem a totalidade dos investimentos. Não obstante, no que ao Património Cultural diz respeito, estão já previstos importantes investimentos, nomeadamente na requalificação do Palácio Nacional de Mafra e na instalação do Museu Nacional da Música em Mafra, bem como na requalificação do Auditório Municipal Beatriz Costa e na construção do Arquivo Municipal.
A proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem vem revelando um comportamento pouco previsível ao longo dos anos, segundo os dados disponíveis. Consciente deste problema, o Município continuará a promover campanhas de sensibilização para boas práticas. Só com a consciencialização da população é possível reverter a tendência e alcançar o objetivo até 2030.

Indicador 11.4.1. Despesa em património cultural e proteção da biodiversidade e paisagem per capita

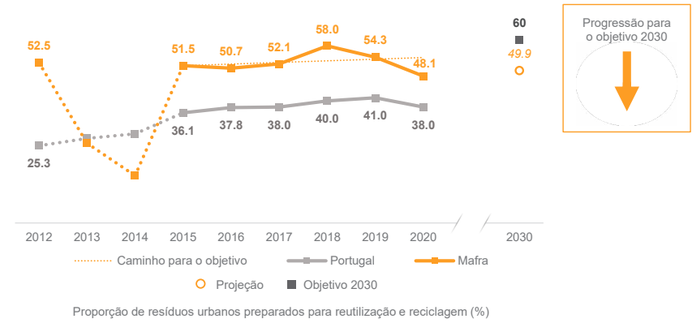


Fonte: INE (2013-2020), cálculos CESOP

O QUE ESTÁ A SER FEITO

A mobilidade da população é um fenómeno fortemente relacionado com o ordenamento do território, nas suas vertentes urbana e regional.
Neste capítulo, é de sublinhar a criação, em 2019, do passe social único metropolitano "Navegante", que permite utilizar, a preços reduzidos, todos os serviços de transporte público regular de passageiros, em todos os 18 municípios da AML (entre os quais, Mafra). Para além do apoio direto às famílias, pretendeu-se dissuadir a utilização do transporte individual, beneficiando o ambiente e contribuindo para a construção de comunidades mais sustentáveis.
Em complemento a esta profunda alteração do sistema metropolitano de transportes, a Câmara Municipal tem vindo a investir na construção de uma rede articulada de parques intermodais: Mafra (Alto da Vela 1, Alto da Vela 2 e Mercado), Malveira, Venda do Pinheiro, Ericeira e Póvoa da Galega. Estes parques disponibilizam adequadas condições de estacionamento automóvel e de acessibilidade para incentivar o uso do transporte coletivo rodoviário.
Paralelamente, e considerando que as acessibilidades condicionam a forma como encontram estruturados os espaços de vivência (residência, trabalho, lazer), a autarquia está a desenvolver um plano de circulação e estacionamento para a Vila da Ericeira.
Por outro lado, o Concelho de Mafra foi certificado como *Biosphere Destination*, selo internacional atribuído pelo Instituto de Turismo Responsável. É uma expressão de reconhecimento da integração dos ODS na estratégia de desenvolvimento turístico do território. Considerando que este é um processo dinâmico e contínuo, estão em curso diversas iniciativas para manter a sustentabilidade do desenvolvimento turístico, das quais se destacam a criação de uma rede municipal de proteção ambiental, o alargamento da rede de percursos cicláveis e pedonais urbanos, a expansão da rede de percursos pedestres, a criação do manifesto do turista responsável, bem como a constituição do Observatório do Turismo.
O programa "Mafra Requalifica" apoia financeiramente e incorpora os incentivos fiscais existentes, visando a reabilitação do edificado. Este integra 17 medidas de apoio, incluindo duas de aproveitamento das águas pluviais e reciclagem das águas cinzentas para usos que não sejam o consumo humano, numa perspetiva de redução da utilização da água potável para outros usos.
Na mesma linha, o Município promove, através das Operações de Reabilitação Urbana das Áreas de Reabilitação Urbana já delimitadas, projetos de reabilitação do espaço público. Estes projetos visam o adequado ordenamento do território, a coesão formal e a qualificação do espaço público, utilizando materiais e técnicas ambientalmente sustentáveis, promovem a mobilidade suave e a criação de zonas de lazer em zonas, já designadas pelo PDM como espaços verdes urbanos.
Fora das áreas delimitadas como Área de Reabilitação Urbana são igualmente

Indicador 11.6.2. Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)



Fonte: INE (2012-2020)

efetuados estudos urbanísticos, visando a qualidade de vida das populações, nomeadamente através da criação/ requalificação de largos e praças, com o adequado enquadramento de espaços verdes. Através da implementação destes estudos pretende-se voltar à escala humana, na perspetiva de obter espaços que induzam a uma utilização pedonal e ciclável, em detrimento do automóvel. Nas intervenções, procura-se o fator identitário com o local como forma de assegurar a real fruição dos espaços.

Os espaços verdes urbanos, identificados no PDM, são áreas em solo urbano com funções de equilíbrio ambiental, de valorização paisagística e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, agrícolas ou florestais, coincidindo com a Estrutura Ecológica Municipal (EEM). A EEM assegura o *continuum naturale* e a interligação entre a rede ecológica metropolitana, definida no Programa Regional de Ordenamento do Território de Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), e os corredores ecológicos identificados no Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROFLVT), com os habitats e espécies com interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade e com os sistemas biofísicos com servidão legal instituída, englobando a Reserva Agrícola Nacional (RAN), a Reserva Ecológica Nacional (REN), a Rede Natura 2000, o regime florestal e o domínio hídrico. Importa referir que a EEM engloba não só o solo urbano, mas também o solo rústico, nomeadamente, os espaços agrícolas de produção, espaços agrícolas complementares, espaços florestais, espaços naturais e paisagísticos.

Relativamente aos espaços verdes urbanos foi efetuada uma reavaliação dos seus limites, no âmbito do processo de alteração do PDM, face à conformidade com o POCACE, do ponto de vista físico, da biodiversidade e dos ecossistemas, permitindo a correção desta categoria de espaços.

O Município de Mafra tem vindo a investir no desenvolvimento de parques verdes urbanos e parque ecológicos, nomeadamente, Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro, o Parque do Rêgo (Ericeira) e o Parque Urbano da Póvoa da Galega, estando já previstos o Parque Urbano da Alcainça, o Parque Urbano da Ericeira, o Parque Verde da Empa (Ericeira) e outras áreas verdes propostas no âmbito das Operações de Reabilitação Urbana.

No que concerne especificamente à promoção da reutilização e da reciclagem dos resíduos urbanos, contribuindo para a progressão para o objetivo 2030, estão em cursos diversos projetos municipais de incentivo, os quais estão descritos no ODS12.

Ainda no âmbito da sustentabilidade das comunidades, é de mencionar que a adesão de Cheleiros à rede das Aldeias de Portugal teve como objetivo principal recuperar, manter e divulgar o património arquitetónico, gastronómico e natural do eixo Mata Pequena/ Cheleiros/ Carvalhal.

Em complemento, a autarquia tem vindo a disponibilizar equipamentos para a prática da atividade física gratuita em espaço público, de que são exemplos, entre outros: *skatepark*, *bikepark*, percurso de iniciação ao BTT e circuito de corrida de obstáculos do Parque Desportivo Municipal de Mafra; campos de futebol e basquetebol, equipamentos de *fitness* e *skatepark* do Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro; campos de basquetebol e futebol e equipamentos de *fitness* do polidesportivo do Gradil; campos de futebol e basquetebol, *slide*, petanca e parede de escalada horizontal do Parque do Rêgo (Ericeira); campos de basquetebol e futebol, equipamentos de *fitness* e *skatepark* do Parque Urbano da Póvoa da Galega. Estes vieram reforçar o já vasto número de equipamentos informais existentes no Concelho, privilegiando a prática do desporto ao ar livre baseado numa conceção mais aberta e multidimensional, com uma forte componente de integração social.

Por fim, importa dar nota de que Mafra se candidatou a uma formação na academia Urban95. Esta academia que é uma colaboração conjunta entre a fundação Bernard van Leer e a *London School of Economics and Political Science*, com base na sua experiência em educação executiva. O programa visa ajudar os profissionais das autarquias do setor do urbanismo e da arquitetura a entender como o seu trabalho afeta o desenvolvimento da primeira infância. Assim, pretende-se incentivar as cidades a promover, desenvolver e fortalecer projetos e políticas públicas voltadas para o bem-estar e qualidade de vida das crianças dos 0 aos 6 anos, incluindo a perspetiva destas crianças pequenas e dos seus cuidadores no planeamento urbano, nas estratégias de mobilidade e nos programas e serviços que lhes são destinados. O desafio para os líderes e gestores públicos, arquitetos paisagistas e técnicos de urbanismo é pensar as cidades sob uma perspetiva de quem tem 95 centímetros, altura média de uma criança de três anos.

12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

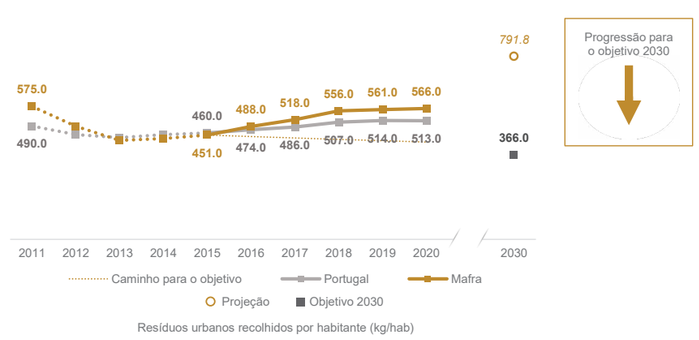
Para alcançar o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável é necessário que diminuamos urgentemente a nossa pegada ecológica e que sejam feitas mudanças na forma como se produzem e se consomem bens e recursos. Assegurar a utilização responsável dos recursos, visando melhorias na eficiência energética e na implementação de infraestruturas sustentáveis, é garantir uma melhor qualidade de vida para todos.
Agregar a sustentabilidade ambiental e o crescimento económico é um grande desafio global. O progresso económico e social do último século foi acompanhado pela degradação ambiental, o que está a prejudicar vários ecossistemas no planeta. É imperativo inverter as atuais tendências no consumo e na produção, de modo a alcançar um futuro mais sustentável.

ODS 12
PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

O QUE DIZEM OS DADOS

Os números indicam que os resíduos urbanos recolhidos por habitante são cada vez mais elevados, especialmente durante e após a pandemia da COVID-19. Este dado poderá estar relacionado com o crescimento de consumo por parte das famílias, mas também poderá estar na base de uma mais eficiente recolha destes resíduos. Para além disso, Mafra está entre os Municípios com maior crescimento populacional, o que leva a uma maior produção de resíduos, aliada a uma crescente exigência para uma recolha de resíduos urbanos eficiente.
A deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro tem vindo a aumentar. A evolução deste número faz crer que é preciso tomar medidas mais robustas para que se inverta esta tendência. A União Europeia estabelece metas rigorosas no que diz respeito à deposição de biorresíduos em aterro. Essas metas são também sustentadas em planos estratégicos nacionais, como é o caso do PERSU 2030. Para dar resposta a este desafio, o Município enquadra na sua agenda diversos projetos relacionados com a recolha seletiva de biorresíduos.

Indicador 12.5.2. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab)

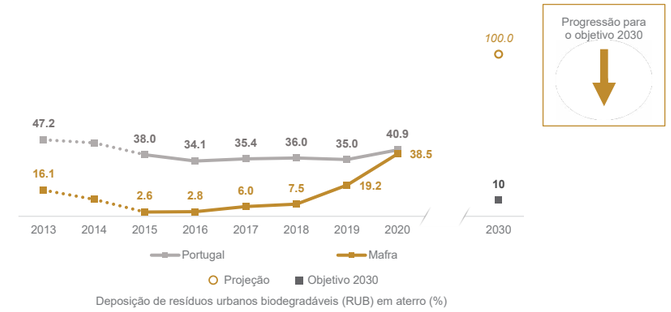


Fonte: INE (2011-2020)

O QUE ESTÁ A SER FEITO

Mafra é um território caracterizado pela sua malha urbana e rural muito características e com necessidades distintas. Assim, a recolha de resíduos e a implementação de medidas que promovam a produção e o consumo sustentáveis tornam-se um desafio diário, de forma que se abranjam as diferentes problemáticas e se atinjam os públicos-alvo apropriados.
Na área de resíduos urbanos com vista à recolha seletiva, o projeto Mafra Reciclar a Valer+ Rua a Rua apresenta uma solução inovadora no âmbito da economia circular. Este projeto consiste, essencialmente, na instalação de um aro, equipado com sensores, capaz de ler o tipo de embalagem de plástico, de metal ou de vidro colocado no ecoponto. Por cada embalagem introduzida nestes ecopontos é atribuído um incentivo, que pode ser monetário ou de outro tipo (por exemplo, pontos). Este projeto irá arrancar, em fase de projeto-piloto, numa área previamente estabelecida e de onde se poderão retirar elações para próximos investimentos do sistema tipo SAYT (*save as you throw*). Este vem complementar a recolha de embalagens de PET e metal através do sistema de depósito de embalagens (máquinas de *reverse vending*), que decorre em diferentes pontos do Município, como escolas e superfícies comerciais.
Para além da preparação dos resíduos para a reciclagem, o Município de Mafra aposta, também, na educação e sensibilização para as formas de consumo atuais. Através de ações de educação e sensibilização ambiental, a introdução de temáticas como Economia Circular, os 5 Rs e mensagens de sensibilização para um consumo mais sustentável, é possível motivar os mais novos e mais velhos.
Destaca-se, igualmente, o projeto *Refill*, que é constituído por pontos/ torres de água e distribuição de garrafas para reutilização, espalhado por 23 espaços municipais e um em espaço público.
Integrado na área de ambiente, existe um programa de compostagem doméstica com compostores entregues após a participação num *workshop* de compostagem. Este projeto prevê que se inscrevam munícipes com alojamentos com quintal ou logradouro, de forma a produzir composto para uso próprio. Em paralelo, decorre o projeto Separe Mais e Transforme Melhor, orientado para a recolha de biorresíduos em regime de co-coleção, em toda a área urbana do Concelho. Noutra vertente, este projeto, desenvolvido com os restantes Municípios que integram a Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos (AMTRES), pretende dar oportunidade aos munícipes do eixo urbano de fazerem a separação dos seus restos de comida e potenciar a produção de energia elétrica no processo de tratamento.
Por último, enumera-se a Plataforma Vidro+, que tem como objetivo o desenvolvimento de um *roadmap* e constituição de grupos de trabalho, desde a produção de materiais ao consumidor até destino final enquanto resíduo. O Município integra, ainda, o Pacto Português para os Plásticos, que visa os mesmos objetivos. Os grupos de trabalho têm desenvolvido reuniões com o objetivo de delinear estratégias para o uso do plástico nos diferentes setores do mercado.

Indicador 12.5.1(a). Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro (%)



Fonte: INE (2013-2020)

13 AÇÃO CLIMÁTICA

As Alterações Climáticas constituem uma das ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade e, consequentemente, a nível nacional e municipal. É urgente adotar medidas de adaptação e mitigação e é imperativo cumprir o compromisso assumido na Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.
Para garantir que este ODS seja alcançado, o Município de Mafra tem fortalecido a resiliência e a capacidade de adaptação das populações aos riscos relacionados ao clima, melhorando a educação e a consciencialização e implementando ações e políticas estratégicas urgentes para a Ação Climática. Entende-se que as consequências de uma ação não imediata poderão ser devastadoras para a vida no Planeta.

ODS 13
AÇÃO CLÍMATICA

O QUE DIZEM OS DADOS

Com o objetivo de reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais, Mafra é um dos Municípios fundadores da rede de municípios para a adaptação às alterações climáticas – Adapt.local, que se formou em 2016, promovendo um processo contínuo de planeamento adaptativo que aumente a capacidade dos Municípios portugueses e de outras entidades, públicas ou privadas, em incorporar a adaptação às alterações climáticas nas suas políticas de atuação e nos seus instrumentos, afirmando a importância da escala local para a conceção e implementação de soluções mais eficazes, eficientes e equitativas. Este é um indicador que assinala Mafra como estando no caminho do alcance dos objetivos 2030.
Por outro lado, os dados estatísticos referentes à emissão de gases de efeito de estufa *per capita* revelam que Mafra está em progressão para este objetivo 2030. Para inverter esta situação, está a elaborar um conjunto de medidas de mitigação para serem implementadas no Município.

Indicador 13.1.3. Participação do município em redes de municípios para a Adaptação às Alterações Climáticas

SIM ✓ — **90%** dos municípios portugueses integram uma parceria para a adaptação às alterações climáticas

Fonte: adapt.local, Planos intermunicipais para a adaptação às alterações climáticas

Meta 13.2 | Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos nacionais

Indicador 13.2.1. Signatário do Pacto de Autarca para o Clima e Energia

NÃO ✗ — **55%** dos municípios portugueses assinaram o Pacto de Autarcas para o Clima e Energia

Fonte: https://www.pactodeautarcas.eu/ (2021)

O QUE ESTÁ A SER FEITO

A capacidade para a adaptação às alterações climáticas é cada vez mais um desafio para o território. Mafra tem vindo a constituir-se como parceira com diversas entidades e em diversas iniciativas, de forma a assegurar uma maior resiliência da sua população contra a ação climática.
Mafra elaborou a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) em 2015, é Município fundador da Rede Adapt.local e pertente à rede CDP-ICLEI. Também participou no Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Região Metropolitana de Lisboa e no projeto CLIMA. AML.
Em 2022, foi aceite como Município Signatário da Carta de Missão de Adaptação às Alterações Climáticas e aderiu à Secção de Ação Climática da Associação Nacional de Municípios Portugueses.
Recentemente, Mafra comprometeu-se a adotar uma abordagem integrada para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, encontrando-se a tramitar a sua adesão ao Pacto de Autarcas da UE para o Clima e Energia.
Está em curso a elaboração do novo plano global de ação climática – PAC 2030 de Mafra, que visa incorporar a revisão das medidas e ações de adaptação às alterações climáticas que importa prosseguir (já consignadas na EMAAC), atualizar, inovar e integrar um conjunto novo de medidas de mitigação/ descarbonização, com vista à promoção de uma política local de redução efetiva e mensurável, até 2030, da emissão de gases com efeito de estufa (GEE).
Recentemente, o Município de Mafra criou uma rede municipal de monitorização das alterações climáticas. Através da instalação de sete estações meteorológicas e quatro estações de qualidade do ar, irá ser possível aceder a dados em tempo real, com agregação de métricas, fundamentais para compreender a evolução do clima e promover a adaptação e, consequentemente, reforçar os processos de decisão.

14 PROTEGER A VIDA MARINHA

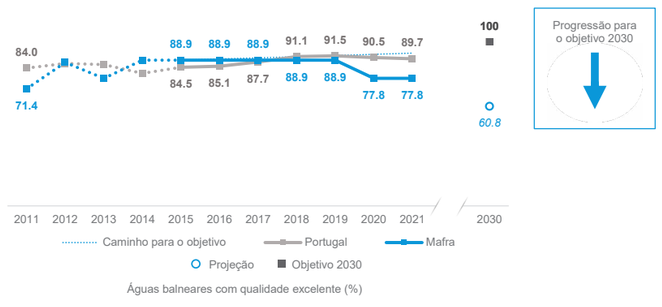
O ODS 14 representa um recurso vital e um elemento-chave para um futuro sustentável. Reduzir a poluição marinha, proteger e restaurar ecossistemas marinhos, reduzir a acidificação dos oceanos e a pesca sustentável são premissas deste ODS. Mafra entende que será necessário conservar áreas costeiras e marinhas e aumentar os benefícios económicos da utilização sustentável dos recursos marinhos. De igual modo, é indispensável aumentar o conhecimento científico, a pesquisa e a tecnologia para a resistência dos oceanos. O apoio aos pescadores de pequena escala e a implementação do direito marítimo internacional são essenciais.

ODS 14
PROTEGER A VIDA MARINHA

O QUE DIZEM OS DADOS

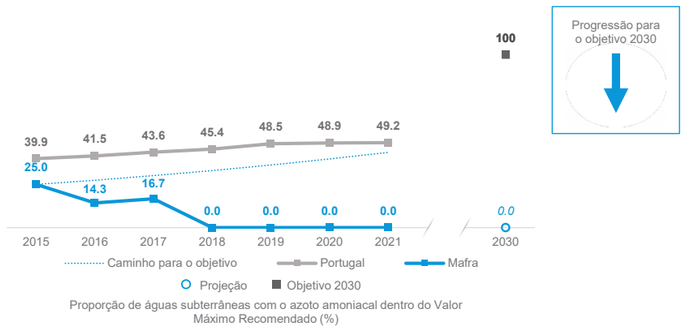
Segundo os dados disponíveis, a qualidade das águas balneares demonstrou um comportamento excelente até 2019. Até então, o Município de Mafra detinha seis praias com Qualidade de Ouro. No entanto, devido a um resultado de uma colheita de água com valores microbiológicos alterados, que contribuiu para a perda de um destes galardões, verificou-se um ligeiro decréscimo da progressão deste indicador. No que diz respeito ao indicador da proporção de águas subterrâneas com nutrientes dentro do valor máximo recomendado, verifica-se a inexistência de dados a partir de 2017, figurando o gráfico com valores a zero, nos anos seguintes.

Indicador 14.1.2. Águas balneares com qualidade excelente (%)



Fonte: INE (2011-2021), cálculos CESOP

Indicador 14.1.1. Proporção de águas subterrâneas com nutrientes dentro do Valor Máximo Recomendado por tipo de nutriente (%)



O QUE ESTÁ A SER FEITO

A distinção internacional da Reserva Mundial de Surf da Ericeira (RMSE) baseia-se na história e cultura de surf local; na grande variedade e qualidade das ondas de classe mundial; na qualidade das águas da Ericeira, caracterizadas pela sua biodiversidade, aliada a um ecossistema terrestre dinâmico; no forte empenho dos agentes institucionais e privados que constituem o ecossistema do surf e que contribuem, de modo decisivo, para a preservação da RMSE.

Assim, o ordenamento do território é um aspeto crucial. Nesta linha, o Município de Mafra encontra no Conselho Municipal de Gestão da RMSE, constituído em 2017, um fórum para partilha de decisões com os vários agentes de dinamização públicos e privados, concertando as ações e projetos tendentes à salvaguarda da Reserva. Neste âmbito, sublinha-se igualmente a dinâmica de atividades de sensibilização ambiental, destacando-se o Centro de Interpretação da RMSE.

Por outro lado, desde 2018, que o Município de Mafra participa, de forma pioneira, no Projeto Peixes de Água Doce Nativos, numa parceria com a MARE-ISPA e as Águas Tejo do Atlântico. Este visa a conservação de espécies como o ruivaco-do-oeste, o escalo-do-sul, a boga-portuguesa, o barbo-comum e a verdemã. A realização de atividades no Rio Lizandro e Safarujo contribui, de forma significativa, para o incremento da literacia ambiental da comunidade escolar ribeirinha, no que diz respeito aos ecossistemas fluviais e à preservação da biodiversidade.

Já o projeto "Oceano Seguro" disponibiliza aos alunos do 4.º ano a possibilidade de experimentarem a modalidade de surf e de conhecerem a fauna marinha, em parceria com o Centro de Formação Desportiva de Surf de Mafra e no âmbito do desporto escolar.

O Município de Mafra, ao longo dos anos, tem desenvolvido uma ação de proximidade na manutenção e reabilitação das suas linhas de água e, neste momento, está a desenvolver um plano estratégico inovador para reabilitação de rios e ribeiras do Concelho, reforçando a adaptação do território às alterações climáticas. O Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água (PERLA) servirá como uma ferramenta de orientação para atuação, tendo por base um conjunto de instrumentos de planeamento que visam orientar a proteção e a gestão da água.

O Programa da Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel entrou em vigor em 2019 e tem como objetivo promover a valorização integrada dos recursos do litoral e gerir a pressão urbano-turística, na faixa litoral/ orla costeira. Pretende-se assegurar a exploração sustentável dos recursos naturais, a qualificação da paisagem e uma adequada prevenção dos riscos.

O projeto para a criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário (AMPIC) foi iniciado em 2022 e é liderado pela Fundação Oceano Azul, em colaboração com os Municípios de Mafra, Sintra e Cascais, promovendo a realização de estudos de base de suporte e preparação do processo participativo, prevendo-se a conclusão e entrega ao Governo do pedido de criação de uma AMPIC em 2024.

Outras iniciativas ligadas ao mar e à proteção da vida marinha são "Ouriceira Mar" e Ouriceira Aqua", ambos projetos de investigação desenvolvidos pelo MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, que se constituem como um importante instrumento na divulgação do ouriço-do-mar junto do público, potenciando o seu estudo e apontando formas de gestão sustentável deste importante recurso marinho, de modo a que a sua apanha não coloque em causa a subsistência da espécie nas águas costeiras da Ericeira e áreas adjacentes (Cascais e Peniche).

Importa ainda salientar que a comunidade piscatória da Ericeira se dedica à pesca tradicional e tem preocupações com a sustentabilidade do pescado, cumprindo com as normas legais e devolvendo ao mar o que não pode ser trazido para terra.

Paralelamente, esta comunidade desenvolve um trabalho de recolha do lixo marinho (redes, artefactos, artes de pesca, etc.), sendo que a deposição em terra entra na cadeia de reutilização para a indústria do vestuário. Este projeto é desenvolvido em parceria com o IADE e a DocaPesca.

O pescado da Ericeira quando chega a terra é identificado como sendo "Peixe da Ericeira". Ao comprar peixe com este selo, o consumidor final tem a garantia da sua origem e das boas práticas da sua captura (respeitando o tamanho e as épocas indicadas para cada espécie).

15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE

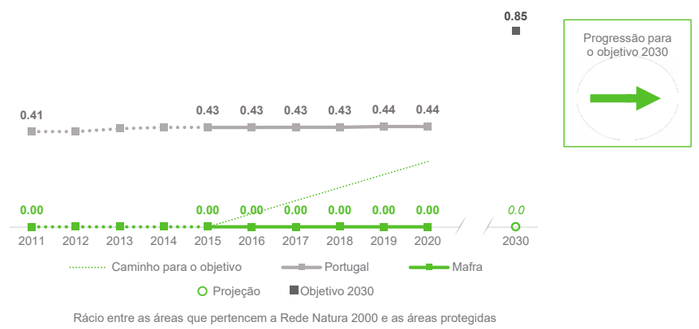
Proteger a vida na Terra implica a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas das florestas. É necessário restaurar florestas degradadas e terrenos empobrecidos, através do controlo de espécies invasoras, preservando as espécies autóctones e as mais ameaçadas. Manter os ecossistemas é garantir o alimento às populações, gerando uma economia verde.

ODS 15
PROTEGER A VIDA TERRESTRE

O QUE DIZEM OS DADOS

De acordo com ISM, o território municipal apresenta o valor zero para o indicador "rácio entre as áreas que pertencem à Rede Natura 2000 e as áreas protegidas". Este resultado deve-se ao facto de Mafra ter 729 ha de Rede Natura 2000 e 0 ha de áreas protegidas, segundo a classificação do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas e, assim, o quociente entre ambas é 0.
Mafra apresenta uma área de territórios artificializados *per capita* superior à referência nacional. No entanto, essa área traduz-se numa evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante, superior à referência nacional, demonstrando que o ordenamento do território tem vindo a ser feito de forma a potenciar o uso do solo e a conservação da Natureza. É de salientar que o rácio entre as áreas do território municipal que pertencem à Rede Natura 2000 e as áreas protegidas é um indicador em progressão para o objetivo 2030.
Mafra é um território vasto e com características muito distintas. Zonas urbanas com edificação, zonas de costa com pressão turística e com impactos ao nível dos ecossistemas terrestre e marinho e zonas rurais com elevado potencial agrícola e de proteção da biodiversidade. Pertencendo à AML, Mafra é um local atrativo para muitas pessoas que trabalham noutros Municípios, registando-se, por isso, uma elevada procura por residência. Esta procura leva a uma necessidade de adaptar o território à circulação de pessoas, sem esquecer a preservação da biodiversidade.

Indicador 15.1.2. Rácio entre as áreas que pertencem à Rede Natura 2000 e as áreas protegidas

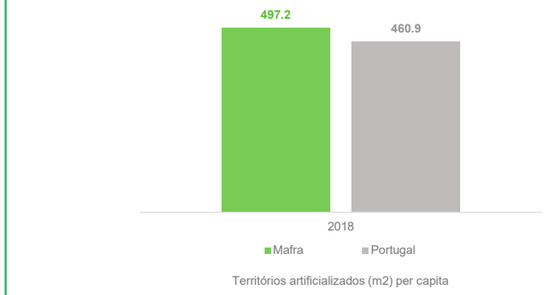


Fonte: INE (2011-2020), cálculos CESOP

O QUE ESTÁ A SER FEITO

O programa municipal de educação ambiental visa fomentar a preservação e valorização da natureza e da biodiversidade através de uma atividade regular, devidamente articulada com as áreas de intervenção social, nomeadamente educação, cultura e desporto, sendo direcionada para os mais diversificados tipos de públicos. Esta é uma área crescente no Município, sendo por isso alocados todos os anos novas atividades e, com elas, novas despesas e investimentos.
No contexto atual, a educação ambiental afirma-se, cada vez mais, como um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de sensibilização e aprendizagem. Tendo em conta estes pressupostos, a Câmara Municipal de apresenta, todos os anos, um conjunto de atividades, sendo que um número significativo delas é enquadrado no âmbito de projetos de ocupação de tempos livres e destinado ao público escolar. Esta é uma das ferramentas principais do Município para incrementar a literacia ambiental e proteger a biodiversidade e a paisagem do território.
No caso específico da proteção do património florestal face ao flagelo do fogo, apraz evidenciar a constituição, desde 2006 e como experiência pioneira, do Dispositivo Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Esta é uma estrutura que, centralizando os meios à escala local, tem como objetivos estratégicos: manter o reduzido número de ocorrências de incêndios rurais; assegurar o baixo nível de danos e impactos; envolver as comunidades nas operações de prevenção e autoproteção; gerir o território, gerir os combustíveis florestais e criar valor.
Por outro lado, são também desenvolvidos projetos setoriais de proteção ambiental. É o caso do projeto Life LxAquila estuda e procede à conservação da águia-de-bonelli (ou águia-perdigueira). Pretende-se acompanhar a população da espécie em Portugal, identificar os fatores de ameaça e perturbação nos seus territórios, e encontrar soluções para compatibilizar as atividades humanas com a sua conservação, particularmente em redor das urbes.
Ainda no domínio da proteção da vida pedestre, está em fase final de elaboração o projeto para o futuro Parque Verde da Empa, localizado em plena RMSE, que contemplará a remoção de espécies invasoras, a limpeza de décadas de entulhos e a renaturalização do terreno.

Indicador 15.3.1. Territórios artificializados (m2) per capita



Fonte: INE (2018)

Foto: Tapada Nacional de Mafra

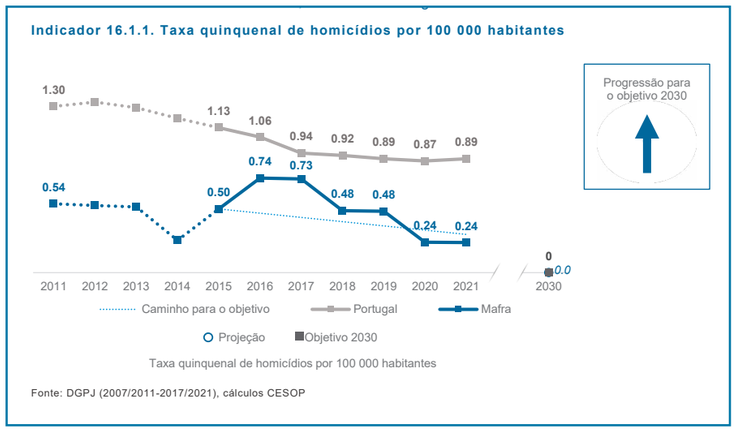
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 promove sociedades pacíficas e inclusivas, permitindo o acesso de todos à justiça e construindo instituições eficazes, responsáveis e inclusivas. Todas as pessoas, em todos os lugares, deverão estar livres do medo e de todas as formas de violência. Devem sentir-se seguras para usufruir das suas vidas, independentemente das suas etnias, religião ou orientação sexual.
A violência e a insegurança têm um impacto negativo no desenvolvimento de um país. Os governos, a sociedade civil e as comunidades devem trabalhar juntos para encontrar soluções duradouras para os conflitos e insegurança. Fortalecer o estado de direito e promover os direitos humanos é fundamental para esse processo, assim como combater a corrupção e garantir a participação inclusiva para todos, em todos os momentos.

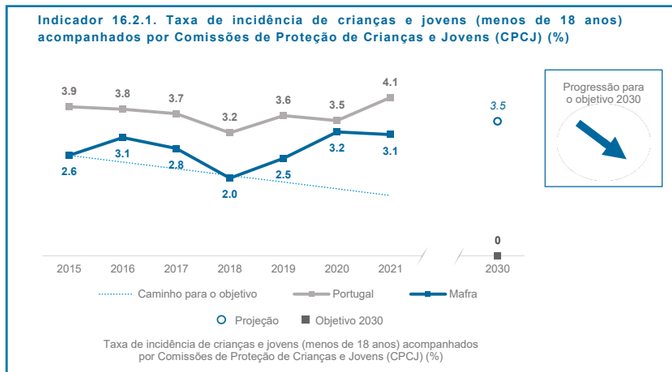
ODS 16
PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O QUE DIZEM OS DADOS

Mafra é um dos Municípios mais seguros do País, apresentando uma taxa quinquenal de homicídios por 100.000 habitantes inferior à média nacional. Também a taxa de incidência de crianças e jovens (menos de 18 anos) acompanhados por Comissões de Proteção de Crianças e Jovens é inferior à média do país, embora se observe uma ligeira tendência de decréscimo na progressão para o objetivo 2030.



Fonte: DGPJ (2007/2011-2017/2021), cálculos CESOP



Fonte: DGPJ (2015-2021), cálculos CESOP

O QUE ESTÁ A SER FEITO

Neste objetivo, salienta-se o desenvolvimento, pelo Município, de ações enquadráveis nas seguintes metas:
Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares:
Realça-se, neste âmbito, a criação do Serviço de Polícia Municipal em 2010, a qual tem como objetivos, entre outros, contribuir para o aumento do sentimento de segurança das populações e de confiança nas instituições e cooperar com as forças de segurança na manutenção da ordem pública, a par de garantir o cumprimento dos regulamentos e posturas municipais e a aplicação das normas legais cuja competência de aplicação ou fiscalização caiba ao Município.
Destaca-se, ainda, a criação do Conselho Municipal de Segurança. Esta é uma entidade de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação. Nos termos do regulamento datado de 2020, são objetivos deste Conselho, entre outros, contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do Município, formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos e promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade.
Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos:
Salienta-se, neste âmbito, a celebração de um protocolo de colaboração, entre o Município de Mafra e a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP), para disponibilização do Gabinete de Apoio aos Emigrantes (GAE). O GAE visa promover o apoio e a prestação de informação na área social, jurídica, económica, educação, emprego, formação profissional, entre outras informações, aos munícipes portugueses que tenham estado emigrados e que regressam a Portugal definitivamente. Entrou em funcionamento em dezembro de 2022 no Espaço Cidadão da Loja de Cidadão de Mafra.
Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas:
Neste âmbito, salienta-se a aprovação, pelo órgão executivo municipal, em 9 de dezembro de 2022, da alteração ao Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas e, ainda, da Alteração ao Código de Ética e Conduta do Município de Mafra.
Sublinha-se, ainda, nestas matérias, a nomeação do responsável pelo Cumprimento Normativo, bem como a nomeação da Comissão a que se refere o Código de Ética e Conduta, para apreciação do destino final das ofertas institucionais.
Com o objetivo de desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, foram espoletados, na Unidade de Licenciamentos Diversos da Câmara Municipal, um total de sete procedimentos públicos de concessão ao longo de 2022, publicitados através de editais afixados nos lugares de estilo e na página eletrónica do Município.
Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis:
Nos procedimentos administrativos de aprovação de regulamentos e de alterações regulamentares, é sempre garantido o cumprimento do disposto no artigo 98.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, designadamente a publicitação do início do procedimento e a participação procedimental.
Ademais, em todos os procedimentos de concessão espoletados na Unidade de Licenciamentos Diversos, foi salvaguardado que poderiam candidatar-se aos mesmos concorrentes de outras nacionalidades para além da portuguesa, sem embargo de se dispor que a língua em que deveriam ser redigidas as propostas ser, em regra, a portuguesa.
Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais:
One stop shop para o atendimento público é um conceito de prestação de serviços públicos que reúne, no mesmo espaço, várias entidades públicas e privadas, com o objetivo de facilitar a relação dos cidadãos e das empresas, com a Administração Pública.
O Município integra uma destas lojas – a Loja de Cidadão, em Mafra, mas pretende alargar a rede, com a abertura de uma segunda loja na Venda do Pinheiro, mantendo-se atento aos pressupostos de elegibilidade de eventuais candidaturas a fundos que lhe permita alcançar, de forma sustentada, este objetivo. A Loja de Cidadão de Mafra disponibiliza um Espaço Cidadão, afeto à Câmara Municipal, cujo posto de atendimento reúne inúmeros serviços da administração central e local. O Espaço Cidadão tem vindo a alargar e a atualizar os seus serviços, para que o atendimento com apoio assistido no acesso aos serviços digitais seja facilitado. Esta modalidade de atendimento está ainda em funcionamento em oito Espaços Cidadão do Concelho (Azueira, Encarnação, Enxara do Bispo, Ericeira, Malveira, Milharado e Venda do Pinheiro).
Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive através da cooperação internacional, para a construção de melhor capacidade de resposta em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime:
A título de exemplo, e no âmbito da cooperação externa, salienta-se a celebração, entre o Município de Mafra e o Município de Quelimane (Moçambique), em 5 de setembro de 2022, de um Acordo de Cooperação para a coadjuvação entre os dois Municípios, em especial, nas áreas de ordenamento do território, urbanismo, ambiente, formação e gestão autárquica, educação, cultura e saúde.
Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável:
Divulgação interna de legislação, doutrina e jurisprudência pela Divisão de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal, a qual inclui esta temática.

17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

A revitalização das parcerias a nível global é imprescindível para o desenvolvimento sustentável. São necessárias parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil. Os ODS só podem ser alcançados com um forte compromisso e cooperação globais, só assim se garantirá que ninguém seja deixado para trás.
Existem ainda desafios significativos. O investimento privado ainda não está alinhado com o desenvolvimento sustentável. É necessário mobilizar os recursos existentes e prover recursos adicionais para a implementação da Agenda 2030.

ODS 17

PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

O QUE DIZEM OS DADOS

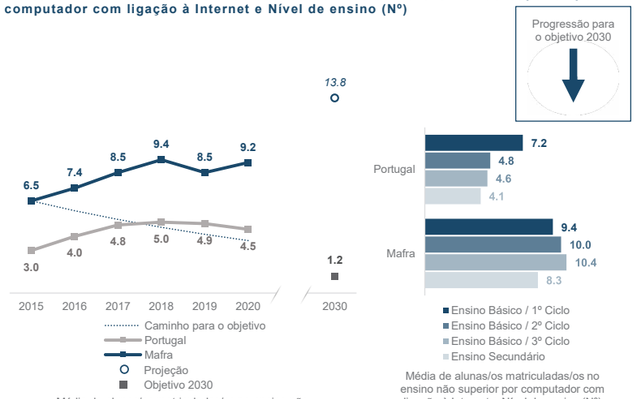
A Câmara Municipal de Mafra tem estabelecido parcerias intermunicipais para a partilha de conhecimento e a implementação de boas práticas em prol do desenvolvimento sustentável, especificamente com a plataforma CESOP – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião Pública desde 2019 e, mais recentemente, com o Instituto do Turismo Responsável - *Biosphere Destination*, desde 2020.
Embora os dados demonstrem que o número de computadores por aluno, no ensino não superior, ainda está abaixo do pretendido para atingir o objetivo, a Câmara Municipal tem procurado reverter esta tendência usando salas de informática e centros multimédia que são disponibilizados a todos os jovens do Concelho.

Indicador 17.16.1(a). Participação em parcerias em prol do desenvolvimento sustentável

SIM ✓ **2** parcerias intermunicipais contratadas pela Câmara Municipal, para a partilha de conhecimento e implementação de boas práticas em prol do desenvolvimento sustentável

Fonte: CESOP (2021)

Indicador 17.8.1. Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador com ligação à Internet e Nível de ensino (Nº)



Fonte: Pordata (2015-2020)

O QUE ESTÁ A SER FEITO

A visão de uma Mafra para o Mundo está bem patente no conjunto do Real Edifício de Mafra. O "conhecimento global" enriqueceu a Biblioteca, o Jardim foi um viveiro de espécies medicinais oriundas de diversas latitudes, artistas plásticos de todo o mundo contribuíram para o esplendor do Palácio e os seus instrumentos musicais únicos propagam sons do Mundo.
Esta Universalidade, e deste conjunto em particular, é também agora reconhecida como Património Mundial pela UNESCO.
O sonho de D. João V colocou Mafra no Mundo, os decisores políticos locais de hoje procuram afirmar esta dimensão universalista do Município, como promotor da multiculturalidade e destino aberto às pessoas e aos investimentos estratégicos.
A governança autárquica, empenhada e com um rumo visando o cumprimento dos ODS, permite um relacionamento de proximidade com governos regionais, centrais e instituições internacionais.
A participação nestes fóruns de decisão política (AML – Área Metropolitana de Lisboa, ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses ou Comité das Regiões da União Europeia, entre muitos outros), permite ao Município ser um agente impulsionador de uma parceria para que outros municípios do espaço lusófono se associem no cumprimento dos ODS – "Iniciativa da Lusofonia para os Municípios ODS".
Está a ser criado um HUB Nacional de Municípios ODS e vários laboratórios locais/ regionais de "Municípios ODS". O HUB e os LABS estarão focados em proporcionar suporte técnicos e apoio a todos os municípios portugueses que se interessem pela temática dos ODS, sendo que, no caso do HUB, este tem como ambição o espaço lusófono, no que às autarquias locais diz respeito.
Para além deste desígnio de pensar e colaborar para além das fronteiras municipais, o Município de Mafra segue no seu trilho.
A par do processo participativo de elaboração do presente VLR, a parceria com o UN Habitat permitiu a obtenção do reconhecimento de *SDG Silver City*. Simultaneamente, a procura de boas práticas que possam ser implementadas no território, e que permitam a produção colaborativa de conhecimento, leva a que este Município participe em redes nacionais, a exemplo do ClimAdap" ou do *FoodLink*.
No envolvimento da sociedade civil, destaca-se o recurso a conselhos municipais como fóruns de opinião especializada, na construção de um melhor Município para viver, visitar e investir.
Para a concretização de grandes projetos estruturantes para o território, o Município procura encontrar as linhas de financiamento e os apoios estruturais para o sucesso destas empreitadas.

VLR
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

PARCERIAS JUNTO DA SOCIEDADE CIVIL E DO SETOR PRIVADO

Durante a preparação deste trabalho surgiram uma série de desafios e de perguntas. Compreendeu-se a necessidade de falar do futuro, de forma transversal, com todos os serviços do Município. Percebeu-se ainda que a sociedade civil está interessada em colaborar de forma proativa. Da mesma forma, o setor privado mostrou-se empenhado em cooperar.

Utilizando ferramentas testadas noutras geografias para a implementação dos ODS, nomeadamente o regresso ao presente (*backcasting*), estão a ser criados projetos que poderão ser apresentados a investidores, alargando a dimensão regional para uma mais global.

DADOS

O desenvolvimento assente em dados que alimentam a tomada de decisão é reconhecido como essencial. Para o desenvolvimento do VLR optou-se pela utilização dos dados definidos pela Universidade Católica – CESOP Local. Os indicadores criados pelo CESOP Local permitiram acelerar o processo de localização analítica, assente em dados quantificados. Com o objetivo de contribuir para a gestão de dados associados ao desenvolvimento urbano sustentável, estão a ser desenvolvidos trabalhos com o UN Habitat e com o programa UMF, os quais permitem uma análise e comparação de dados à escala global.

Reconhece-se, no entanto, a existência de lacunas nos dados hoje disponíveis, à escala local, nacional e global. E este processo de recolha e análise de dados de apoio à gestão irá continuar. Antevê-se o cruzamento de dados originados pela procura, nomeadamente ligados à gestão do território e do capital natural, com outros que irão ser disponibilizados por organizações globais e nacionais.

A GLOBALIZAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO

Considerada a importância da pesquisa associada ao desenvolvimento sustentável do território, foi promovida a base de criação de um Laboratório ODS para investigação aplicada aos desafios urbanos. Com o objetivo de promover a solidariedade nacional entre pares, cumprindo a partilha de conhecimento, o Município foi catalisador de um HUB ODS para as cidades lusófonas.

DESAFIOS FUTUROS

O espírito dos ODS e o reconhecimento de que os desafios sociais, ambientais e económicos, aos vários níveis de governação, requerem modelos de cooperação inovadores, são motivo para ultrapassar os entraves que surgem em todos os processos de mudança. A estratégia privilegiará a desconstrução da complexidade, a atração de "jogadores" ODS e promoverá as regras necessárias para que o Desenvolvimento Sustentável seja um jogo infinito.

VLR
PRÓXIMOS PASSOS

PRÓXIMOS PASSOS

A cooperação e a vontade de trabalhar por um bem comum são vitais. Consequentemente, pretende-se continuar a aprofundar este modelo participativo e criar uma plataforma de diálogo para os ODS, com a sociedade civil, com a academia e com os empresários.

É objetivo desenvolver a metodologia VEP (Visões – Estratégias – Projetos) e atrair parceiros que permitirão alargar fontes de financiamento alternativas e desenvolver, mais rapidamente, as prioridades. Neste processo de melhoria contínua manter-se-á o desenvolvimento dos dados necessários para responder à monitorização local e, simultaneamente, promover uma análise comparativa às escalas nacional e global.

LIÇÕES APRENDIDAS

Apesar da criação de um VLR estar assente num modelo participativo, é fundamental o exercício de uma liderança que incentive o empoderamento local, pois é para todos e com todos que se desenham e implementam soluções.

Como lição aprendida, conclui-se também que os ODS têm de ser, acima de tudo, um processo motivador, conforme se comprova pela diversidade de ações de comunicação já desenvolvidas pelo Município, em especial junto das crianças e jovens. É com sorrisos e é com esperança que se minimizam patologias e se concretizam desejos.

Paralelamente, há que ter em conta que o movimento global é importante. Há que aprender com outras cidades VLR, numa vontade genuína de estabelecer sinergias com outros territórios. O reconhecimento internacional através do VLR é relevante. Ser um Município VLR é inquietante por se estar em constante comparação com os melhores. Contudo, isso é sinal de crescimento e, sobretudo, de contribuição para atingir os ODS. Só se pode gerir o que se sabe medir.

A DINÂMICA NÃO PODE PARAR

É estimulante ver, sobretudo, os mais jovens aderirem prontamente aos ODS, transmitirem a dinâmica aos seus encarregados de educação e mobilizarem toda a sociedade civil.

Por seu turno, as empresas percecionam ganhar resiliência e notoriedade ao adotarem o Desenvolvimento Sustentável como base de trabalho.

É fundamental que seja extravasado e replicado o espírito ODS. Este espírito torna-se comum a todo o Município, desde quem acolhe, a quem tem responsabilidade de decidir, até aos que fazem acontecer, todos somos agentes de transformação positiva. Esta dinâmica não pode parar.

Câmara
Municipal

MUNICÍPIO DE MAFRA

1 ERRADICAR A POBREZA
2 ERRADICAR A FOME
3 SAÚDE DE QUALIDADE
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
5 IGUALDADE DE GÉNERO
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS
8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS
10 REDUZIR AS DESIGUALDADES
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS
13 AÇÃO CLIMÁTICA
14 PROTEGER A VIDA MARINHA
15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL